

# **ANEXO 1**

**(1 página)**

## **Guião de Entrevista**

### **Presidente do Conselho Fiscal e Jurisdicional Nacional**

## **Conselhos Fiscais e Jurisdicionais do Corpo Nacional de Escutas**

### **Guião de Entrevista – Presidente do Conselho Fiscal e Jurisdicional Nacional**

Caracterização do entrevistado:

Idade: \_\_\_\_ anos          Sexo: \_\_\_\_

Habilitações literárias: \_\_\_\_\_

Cargos e funções actuais na Associação: \_\_\_\_\_

Há quanto tempo é Dirigente do C.N.E.? \_\_\_\_\_ anos.

Se desempenhou outros cargos ou funções anteriormente na associação, descreva o seu percurso enunciando os cargos / funções, bem como respectivas datas:

---

---

---

---

1. Em seu entender, é atraente o exercício de um cargo num Conselho Fiscal e Jurisdicional do C.N.E.?
2. *Quais as maiores dificuldades com que se tem defrontado no exercício de funções no Conselho Fiscal e Jurisdicional?*
3. Acha adequadas as competências atribuídas, através dos Estatutos e Regulamentos, aos Conselhos Fiscais e Jurisdicionais? Comente e dê sugestões.
4. *Em sua opinião, o C.N.E. tem formado adequadamente os titulares dos Conselhos Fiscais e Jurisdicionais para o desempenho de funções?*
5. *Que medidas sugere para o futuro, no que respeita à Formação de Adultos, relativa aos Conselhos Fiscais e Jurisdicionais?*
6. Pensa que deverá haver um perfil recomendado para os titulares dos Conselhos Fiscais e Jurisdicionais? Comente.
7. Para um correcto relacionamento institucional entre os Conselhos Fiscais e Jurisdicionais e os órgãos executivos e deliberativos, dê algumas sugestões que possam ser implementadas na Associação.

# **ANEXO 2**

**(1 página)**

## **Guião de Entrevista**

### **Chefe Nacional**

## Conselhos Fiscais e Jurisdicionais do Corpo Nacional de Escutas

### Guião de Entrevista – Chefe Nacional do C.N.E.

Caracterização do entrevistado:

Idade: \_\_\_\_ anos          Sexo: \_\_\_\_

Habilitações literárias: \_\_\_\_\_

Cargos e funções actuais na Associação: \_\_\_\_\_

Há quanto tempo é Dirigente do C.N.E.? \_\_\_\_\_ anos.

Se desempenhou outros cargos ou funções anteriormente na associação, descreva o seu percurso enunciando os cargos / funções, bem como respectivas datas:

---

---

---

---

1. Acha adequadas as competências atribuídas, através dos Estatutos e Regulamentos, aos Conselhos Fiscais e Jurisdicionais? Comente e dê sugestões.

2. *Em sua opinião, o C.N.E. tem formado adequadamente os titulares dos Conselhos Fiscais e Jurisdicionais para o desempenho de funções?*

3. *Que medidas sugere para o futuro, no que respeita à Formação de Adultos, relativa aos Conselhos Fiscais e Jurisdicionais?*

4. Pensa que deverá haver um perfil recomendado para os titulares dos Conselhos Fiscais e Jurisdicionais? Comente.

5. Para um correcto relacionamento institucional entre os Conselhos Fiscais e Jurisdicionais e os órgãos executivos e deliberativos, dê algumas sugestões que possam ser implementadas na Associação.

# **ANEXO 3**

**(1 página)**

## **Guião de Entrevista**

### **Secretário Nacional para os Adultos**

## Guião de Entrevista – Secretário Nacional para os Adultos

Caracterização do entrevistado:

Idade: \_\_\_\_ anos          Sexo: \_\_\_\_

Habilitações literárias: \_\_\_\_\_

Cargos e funções actuais na Associação: \_\_\_\_\_

Há quanto tempo é Dirigente do C.N.E.? \_\_\_\_\_ anos.

Se desempenhou outros cargos ou funções anteriormente na associação, descreva o seu percurso enunciando os cargos / funções, bem como respectivas datas:

---

---

---

---

1. Acha adequadas as competências atribuídas, através dos Estatutos e Regulamentos, aos Conselhos Fiscais e Jurisdicionais? Comente e dê sugestões.

2. *Em sua opinião, o C.N.E. tem formado adequadamente os titulares dos Conselhos Fiscais e Jurisdicionais para o desempenho de funções?*

3. *Que medidas sugere para o futuro, no que respeita à Formação de Adultos, relativa aos Conselhos Fiscais e Jurisdicionais?*

4. Pensa que deverá haver um perfil recomendado para os titulares dos Conselhos Fiscais e Jurisdicionais? Comente.

5. Para um correcto relacionamento institucional entre os Conselhos Fiscais e Jurisdicionais e os órgãos executivos e deliberativos, dê algumas sugestões que possam ser implementadas na Associação.

# **ANEXO 4**

**(4 páginas)**

## **Entrevista**

### **Presidente do Conselho Fiscal e Jurisdicional Nacional**

# Conselhos Fiscais e Jurisdicionais do Corpo Nacional de Escutas

## Entrevista – Presidente do Conselho Fiscal e Jurisdicional Nacional

Caracterização do entrevistado:

Idade: 49 anos                      Sexo: Masculino

Habilitações literárias: Licenciatura em Direito

Cargos e funções actuais na Associação: Presidente do Conselho Fiscal e Jurisdicional Nacional

Há quanto tempo é Dirigente do C.N.E.? 27 anos.

Se desempenhou outros cargos ou funções anteriormente na associação, descreva o seu percurso enunciando os cargos / funções, bem como respectivas datas:

### ***No Agrupamento n.º 523 - S. Tomás de Aquino - Região de Lisboa:***

- ◆ No ano de 1976 integrou a equipe para a formação do Agrupamento.
- ◆ Foi investido dirigente do Corpo Nacional de Escutas em Maio de 1978 (O.S.N. n.º 367, de 01/07/1978)
- ◆ Foi nomeado Chefe do Grupo Explorador em Maio de 1978 (O.S.N. n.º 367, de 01/07/1978).
- ◆ Precedido de eleições, foi nomeado Chefe de Agrupamento (O.S.N. n.º 371, de 31/03/1980) e exonerado no fim do mandato (O.S.N. n.º 431, de 30/06/1990).
- ◆ No dia 18 de Outubro de 1995, por decisão da Junta Regional de Lisboa, tomou posse do cargo de Chefe de Agrupamento (O.S.N. n.º 465, de 31/03/1996), função que desempenhou até Dezembro de 1997 (O.S.N. n.º 478, de 30/07/1998).

### ***Na Junta Regional de Lisboa:***

- ◆ Desempenhou as funções de assessor jurídico do Chefe Regional de Lisboa, cargo para que foi nomeado pela O.S.R. n.º 76, de 29/03/1985, e exonerado no fim do mandato daquele, pela O.S.R. n.º 100, de 25/11/1987.
- ◆ Nos anos de 1985 a 1988 foi representante da Região de Lisboa ao Conselho Nacional.
- ◆ Através da O.S.R. n.º 189, de 31/10/1994, foi nomeado assessor jurídico do Chefe Regional de Lisboa, cargo que desempenhou até Outubro de 1995 (O.S.R. n.º).

### ***Na Junta Central do Corpo Nacional de Escutas:***



- ♦ Pela O.S.N. n.º 411, de 30/06/1986, foi nomeado assessor jurídico do Chefe Nacional Adjunto, tendo sido exonerado no fim do mandato daquele, pela O.S.N. n.º 419, de 20/02/1988.

***No Conselho Fiscal e Jurisdicional Nacional do Corpo Nacional de Escutas:***

- ♦ Precedido de eleições, desempenhou o cargo de vogal da Comissão Fiscalizadora Nacional, conforme O.S.N. n.º 421, de 28/02/1988, tendo sido exonerado, a seu pedido, pela O.S.N. n.º 429, de 30/12/1989.
- ♦ Foi nomeado assessor daquela mesma Comissão pela O.S.N. n.º 429, de 30/12/1989, e exonerado no fim do mandato daquela pela O.S.N. n.º 438, de 30/12/1991.
- ♦ Precedido de eleições, desempenhou o cargo de vogal do Conselho Fiscal e Jurisdicional Nacional, conforme O.S.N. n.º 438, de 30/12/1991, tendo terminado o mandato, conforme O.S.N. n.º 456, de 16/12/1994.
- ♦ Precedido de eleições, desempenhou o cargo de vogal do mesmo Conselho, conforme O.S.N. n.º 457, de 30/12/1994, tendo terminado o mandato, conforme O.S.N. n.º 474, de 13/12/1997.
- ♦ Precedido de eleições desempenhou o cargo de vogal do mesmo Conselho pela O.S.N. n.º 474, de 13/12/1997, tendo terminado o mandato conforme O.S.N. n.º 485, de 29/01/2000.
- ♦ Precedido de eleições, desempenhou o cargo de secretário do mesmo Conselho, conforme O.S.N. n.º 485, de 29/01/2000, tendo terminado o mandato, conforme O.S.N. n.º 507, de 28/02/2003.
- ♦ Precedido de eleições, desempenhou o cargo de secretário do mesmo Conselho pela O.S.N. n.º 507, de 28/02/2003, até Junho de 2003, conforme O.S.N. n.º 509, de 30/06/2003.
- ♦ Em Junho de 2003 foi nomeado, por cooptação, para o cargo de vice-presidente do Conselho Fiscal e Jurisdicional Nacional, conforme O.S.N. n.º 509, de 30/06/2003.
- ♦ Precedido de eleições, desempenha actualmente o cargo de Presidente do Conselho Fiscal e Jurisdicional Nacional, desde 30/11/2004.

**1. Em seu entender, é atraente o exercício de um cargo num Conselho Fiscal e Jurisdicional do C.N.E.?**

O exercício de qualquer cargo no C.N.E. é atraente enquanto o trabalho que produzirmos for útil para a prossecução dos fins do C.N.E.. Qualquer cargo num C.F.J. tem de ser exercido com descrição, entusiasmo, qualidade, isenção, firmeza, humildade e lealdade. São cargos extremamente importantes para que o C.N.E. se assuma como uma associação de educação de jovens transparente e sobretudo credível aos olhos da comunidade.

**2. Quais as maiores dificuldades com que se tem defrontado no exercício de funções no Conselho Fiscal e Jurisdicional?**

Tenho-me debatido contra uma cultura instalada no C.N.E. onde a quase totalidade das pessoas, aos vários níveis, pensam que não devem prestar contas a ninguém, que todos os meios justificam os fins para se obterem bens ou facilidades para o C.N.E. e sobretudo para as suas unidades, e que os cargos de dirigente são ocupados em consequência de progressão temporal na carreira.

**3. Acha adequadas as competências atribuídas, através dos Estatutos e Regulamentos, aos Conselhos Fiscais e Jurisdicionais? Comente e dê sugestões.**

Entendo que as competências, tais como enunciadas no Regulamento Geral do C.N.E., são adequadas para a acção dos C.F.J.s numa associação como a nossa.

Não me parece adequada a forma como essas competências estão a ser exercidas pelos C.F.J.s. Sou adepto da normalização e essa é a falha que mais detecto. A actividade nas regiões é díspar, não existe um manual de procedimentos nem um *check list* comum a todos os C.F.J.s pelo que cada um anda a *inventar*. Num futuro próximo pretendo propor à Associação um conjunto de normas de actuação para os C.F.J.R.s. Caso essas medidas não obtenham efeito útil, encaro a colocação dos C.F.J.R.s na dependência funcional do C.F.J.N. como medida última para essa normalização.

**4. Em sua opinião, o C.N.E. tem formado adequadamente os titulares dos Conselhos Fiscais e Jurisdicionais para o desempenho de funções?**

*Até à data não me consta ter havido qualquer acção de formação para o exercício daquelas funções. No entanto, a actual equipa do C.F.J.N., com o objectivo de solucionar essa lacuna, aliás como se propôs quando da sua candidatura em 2004, espera até ao final do mandato (Outubro de 2007), ver aprovado um curso monográfico para estes titulares de que o “Regime Jurídico do Dirigente”, que recentemente foi apresentado como trabalho final do meu CCF, será uma parte.*

**5. Que medidas sugere para o futuro, no que respeita à Formação de Adultos, relativa aos Conselhos Fiscais e Jurisdicionais?**

A par do “Regime Jurídico do Dirigente” deverão ser ministradas outras matérias, tais como noções de direito civil, comercial e laboral, o P.O.C. das associações, técnicas e procedimentos da actividade inspectiva, psicologia, P.A.L. e respectiva avaliação, avaliação de desempenho dos dirigentes, tramitação e medida da pena na acção disciplinar, etc.

**6. Pensa que deverá haver um perfil recomendado para os titulares dos Conselhos Fiscais e Jurisdicionais? Comente.**

A actividade de controlo pressupõe o contacto constante com outros escuteiros, párocos, encarregados de educação e outros agentes da comunidade em situações por vezes geradoras de tensões pois, estando presente a possibilidade do exercício da acção coerciva, nem sempre tal facto é aceite de forma pacífica.

Por outro lado, quem está envolvido em funções de controlo, detendo necessariamente poderes de autoridade, tem de possuir uma clara noção dos limites dos seus poderes e um domínio de si próprio que lhe permita gerir com equilíbrio todas as situações que se lhe apresentem.

Neste contexto, no capítulo das relações sociais, a função exige capacidade e habilidade de relacionamento, comunicação, persuasão, perseverança, conciliação e discrição, quer com os interlocutores sujeitos a controlo, quer com outras entidades.

No que respeita ao carácter e ao temperamento exige-se:

- Elevado sentido ético e social;
- Gosto pela actividade do controlo e inspecção;
- Abertura social e facilidade em contactos heterogéneos;
- Estabilidade emocional, designadamente em situações conflituais;
- Capacidade de organização e de realização de tarefas similares;
- Gosto por actividades pouco rotineiras;
- Capacidade e rapidez de análise das situações, com equidade e racionalidade.

A função dos membros dos C.F.J.s exige responsabilidades elevadas, tanto no ponto de vista técnico como ético, dele dependendo não só o cumprimento dos princípios legais instituídos, mas também a percepção atempada de tensões e conflitos, tornando-se possível, assim, a proposição de medidas adequadas reguladoras ou correctivas.

## **7. Para um correcto relacionamento institucional entre os Conselhos Fiscais e Jurisdicionais e os órgãos executivos e deliberativos, dê algumas sugestões que possam ser implementadas na Associação.**

O meu entendimento sobre esta questão extrai-se de tudo o que atrás escrevi. As relações entre os C.F.J.s e outros órgãos, pessoas ou entidades externas ao C.N.E. devem pautar-se por discretas, entusiastas, com qualidade, isentas, firmes, humildes e leais.

# **ANEXO 5**

**(2 páginas)**

**Entrevista**

**Chefe Nacional**

## Conselhos Fiscais e Jurisdicionais do Corpo Nacional de Escutas

### Entrevista – Chefe Nacional do C.N.E.

Caracterização do entrevistado:

Idade: Sessenta e um anos

Sexo: \_Masculino\_\_

Habilitações literárias:

- Instituto Comercial;
- 2º Ano da Faculdade de Economia

Cargos e funções actuais na Associação: Chefe Nacional

Há quanto tempo é Dirigente do C.N.E.? 42 anos.

Se desempenhou outros cargos ou funções anteriormente na associação, descreva o seu percurso enunciando os cargos / funções, bem como respectivas datas:

Guia de Patrulha de 1960/1962; Chefe de Grupo de 1964/1965; Chefe de Agrupamento de 1966/1974; Chefe Regional de 1985/1998; Chefe Nacional de 1999/2006.

1. Acha adequadas as competências atribuídas, através dos Estatutos e Regulamentos, aos Conselhos Fiscais e Jurisdicionais? Comente e dê sugestões.

Os Conselhos Fiscais e Jurisdicionais têm, salvo melhor opinião, competências que deviam pertencer a dois órgãos: Conselhos Fiscais dotados de técnicos de contas e juristas (podiam ser ou não membros eleitos dos Conselhos) e Conselhos Jurisdicionais assessorados por técnicos juristas. Os Conselhos Fiscais, nesta perspectiva, deviam fiscalizar também as contas dos Agrupamentos.

Estes Conselhos deviam ser Nacionais com delegações regionais e de núcleo para que a sua acção fosse uniforme e concertada.

Está constituída, a nível nacional e em exercício, uma Comissão para estudar e propor uma revisão estatutária e regulamentar.

2. *Em sua opinião, o C.N.E. tem formado adequadamente os titulares dos Conselhos Fiscais e Jurisdicionais para o desempenho de funções?*

*Julgo que a Formação dos eleitos para os CFJ devia ser objecto de um estudo para que a sua implementação pudesse ser mais útil e eficaz.*

3. *Que medidas sugere para o futuro, no que respeita à Formação de Adultos, relativa aos Conselhos Fiscais e Jurisdicionais?*

*Eu acredito que os eleitos para estes Conselhos para além de assessoria técnica, que julgo indispensável já que não poderá ser objecto de formação aprofundada no CNE, têm de conhecer muito bem os Estatutos e Regulamentos do CNE e serem pessoas dotadas essencialmente de experiência e “bom senso”.*

4. Pensa que deverá haver um perfil recomendado para os titulares dos Conselhos Fiscais e Jurisdicionais? Comente.

Desempenho de cargos pedagógicos na Associação;  
Conhecimento dos Estatutos e Regulamentos  
Serem Dirigentes no CNE há alguns anos.  
Capacidade de trabalho em equipa ;

5. Para um correcto relacionamento institucional entre os Conselhos Fiscais e Jurisdicionais e os órgãos executivos e deliberativos, dê algumas sugestões que possam ser implementadas na Associação.

Mais Cooperação  
Mais Diálogo  
Respeito mutuo pelas funções e competências próprias

# **ANEXO 6**

**(2 páginas)**

## **Entrevista**

### **Secretário Nacional para os adultos**

## **Conselhos Fiscais e Jurisdicionais do Corpo Nacional de Escutas**

### **Entrevista – Secretário Nacional dos Adultos**

Caracterização do entrevistado:

Idade: 48 anos              Sexo: Masculino

Habilitações literárias: Curso Complementar de Distribuição e Mercados / Marketing

Cargos e funções actuais na Associação: Secretário Nacional dos Adultos

Há quanto tempo é Dirigente do C.N.E.? 22 anos.

Se desempenhou outros cargos ou funções anteriormente na associação, descreva o seu percurso enunciando os cargos / funções, bem como respectivas datas:

Chefe Departamento Regional da IV Secção da Região do Porto

Secretário Pedagógico da Junta Regional do Porto

Secretário Pedagógico Adjunto da Junta Regional do Porto

Chefe de Unidade da IV Secção no Agrupamento 449 S. Sacramento - Porto

Chefe de Campo do Rover no Acampamento Nacional de Bagunte

Chefe de Agrupamento do 449 – S. Sacramento - Porto

Instrutor da III Secção no 449 – S. Sacramento - Porto

Secretário Núcleo Recursos de Adultos do Núcleo Cidade do Porto

Director de Formação

1. Acha adequadas as competências atribuídas, através dos Estatutos e Regulamentos, aos Conselhos Fiscais e Jurisdicionais? Comente e dê sugestões.

Quanto às competências acho adequadas, no entanto penso que este órgão deveria desempenhar mais um papel preventivo quanto às acções a executar pelo órgão executivo do que fiscalizador á posterior porque assim evitamos situações desagradáveis que por vezes são efectuadas de boa fé, mas face aos regulamentos e estatutos estão completamente desenquadradas.

Sendo assim teria de haver mais contactos e reuniões entre os órgãos para uma maior articulação de funções.

2. *Em sua opinião, o C.N.E. tem formado adequadamente os titulares dos Conselhos Fiscais e Jurisdicionais para o desempenho de funções?*



*Não. Nem existe no sistema de formação do CNE nenhum curso específico para os dirigentes que vão desempenhar esta função.*

3. *Que medidas sugere para o futuro, no que respeita à Formação de Adultos, relativa aos Conselhos Fiscais e Jurisdicionais?*

*Acho que devíamos fazer algum caminho nesta área, para já começando por estruturar um Curso Monográfico para os dirigentes que no futuro possam desempenhar funções nos Conselhos Fiscais e Jurisdicionais. De seguida introduzir nas Normas para a Formação de Dirigentes e/ou Regulamento e/ou Estatutos a “obrigatoriedade” de ter, ou inscrever-se nesse ano, no Curso Monográfico para poder exercer essa função.*

4. *Pensa que deverá haver um perfil recomendado para os titulares dos Conselhos Fiscais e Jurisdicionais? Comente.*

*Penso que sim, ou seja, para além da componente técnica não só ao nível das contas mas também ao nível jurídico, deveria por exemplo ter um CAP de uma Secção ou CAL, ou CAF , ou seja deveria possuir uma componente pedagógica acentuada, dado que o CNE é um movimento educativo em que a área pedagógica é essencial não só ao nível dos Jovens como também nos Adultos.*

5. *Para um correcto relacionamento institucional entre os Conselhos Fiscais e Jurisdicionais e os órgãos executivos e deliberativos, dê algumas sugestões que possam ser implementadas na Associação.*

*Deveriam de ter contactos/reuniões periódicos e planeadas principalmente para análises e avaliações das questões de fundo do CNE para que os diversos órgãos estivessem em sintonia.*

# **ANEXO 7**

**(5 páginas)**

**Inquérito aos titulares e ex-titulares**

**CFJN / CFJR**

# CONSELHOS FISCAIS E JURISDICIONAIS DO C.N.E. - NECESSIDADES DE FORMAÇÃO -

## INQUÉRITO

1. Idade: \_\_\_\_\_ anos

2. Sexo: \_\_\_\_\_ (M/F)

3. Região: \_\_\_\_\_

4. É escuteiro desde os \_\_\_\_\_ anos de idade.

5. Foi investido Dirigente do CNE com a idade de \_\_\_\_\_ anos.

6. Com que idade foi eleito pela primeira vez para um Conselho Fiscal e Jurisdicional?  
\_\_\_\_\_ anos.

7. Situação actual no C.N.E.

*(Coloque um X no rectângulo correspondente)*

7.1 C.F.J.N. (membro)	7.2 C.F.J.R. (membro)	7.3 C.F.J.N. (ex-membro)	7.4 C.F.J.R. (ex-membro)
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

8. Profissão: \_\_\_\_\_

9. Habilitações literárias (completas):

*(Assinale a cruz na opção da habilitação mais alta que possuir)*

9.1	Inferior ao 9.º ano	<input type="checkbox"/>
9.2	9.º ano	<input type="checkbox"/>
9.3	12.º ano	<input type="checkbox"/>
9.4	Bacharelato	<input type="checkbox"/>

9.5	Licenciatura	<input type="checkbox"/>
9.6	Pós-graduação	<input type="checkbox"/>
9.7	Mestrado	<input type="checkbox"/>
9.8	Doutoramento	<input type="checkbox"/>

**10.** Caso seja portador de Grau Superior, indique a respectiva área:

*(Assinale a cruz na opção em que se enquadra)*

10.1	Direito ou afins	
10.2	Gestão / Economia / Contabilidade	
10.3	Ensino / Ciências da Educação	
10.4	Outra	

**11.** Indique três qualidades que julgue importantes no perfil de um Membro de um Conselho Fiscal e Jurisdicional.

*(coloque em primeiro lugar a mais importante e em terceiro lugar a menos importante das três opções)*

11.1 - \_\_\_\_\_

11.2 - \_\_\_\_\_

11.3 - \_\_\_\_\_

**12.** Apesar dos Conselhos Fiscais e Jurisdicionais serem órgãos electivos, acha que devem ser fixados em Regulamento requisitos adicionais de candidatura?

*(coloque um X na sua opção)*

Sim	Não

**13.** Caso a sua resposta à questão anterior tenha sido “Sim”, indique quais os **critérios** que, em seu entender, **deveriam ser adoptados** (coloque X no espaço correspondente) :

	CRITÉRIO	SIM	NÃO
13.1	Idade mínima regulamentada		
13.2	Idade máxima regulamentada		
13.3	Detentor de Grau de Ensino Superior		
13.4	Tempo de Serviço mínimo como Dirigente		
13.5	Homologação pela Hierarquia		
13.6	Aproveitamento em Curso de Formação destinado aos CFJN/CFJR		
13.7	Aproveitamento no Curso de Gestão Administrativa e Financeira		
13.8	Outro:		

**14.** Em sua opinião, o C.N.E. proporcionou formação específica para o desempenho de funções no CFJN / CFJR ?

(coloque um X na sua opção)

14.1 (Nenhuma)	14.2 (Pouca)	14.3 (Suficiente)	14.4 (Boa)	14.5 (Muito boa)

**15.** Relativamente a cada uma das **competências do C.F.J.N.** abaixo descritas, indique a sua **preparação para a exercer**, colocando o número, de 1 a 5, no espaço:

(1 – Nenhuma      2 – Pouca;      3 – Suficiente;      4 – Boa;      5 – Muito Boa)

	<b>COMPETÊNCIAS DO C.F.J.N. (Art.º 39.º do RGCNE)</b>	
15.1	Velar pelo cumprimento dos Estatutos e Regulamentos do CNE e demais deliberações do Conselho Nacional Plenário, do Conselho Nacional de Representantes e do Conselho Permanente.	
15.2	Acompanhar e fiscalizar a administração e gestão financeira da Junta Central.	
15.3	Dar parecer sobre o Relatório e Contas ao Conselho Nacional.	
15.4	Elaborar pareceres sobre questões de âmbito estatutário e regulamentar.	
15.5	Exercer o poder disciplinar.	
15.6	Exercer o poder jurisdicional como último órgão de recurso.	
15.7	Emitir recomendações aos órgãos do CNE.	
15.8	Convocar os Conselhos Nacionais quando a Mesa o não faça nos termos estatutários e regulamentares.	
15.9	Acompanhar a acção dos Conselhos Fiscais e Jurisdicionais Regionais.	
15.10	Exercer as competências definidas no Regulamento de Justiça.	
15.11	Cumprir as demais atribuições constantes da lei.	

**16.** Relativamente a cada uma **das competências do C.F.J.R.** abaixo descritas, indique a sua **preparação** para a exercer, colocando o número, de 1 a 5, no espaço:

(1 – Nenhuma ; 2 – Pouca; 3 – Suficiente; 4 – Boa; 5 – Muito Boa)

	<b>COMPETÊNCIAS DO C.F.J.R. (Art.º 44.º do RGCNE)</b>	
16.1	Velar pelo cumprimento dos Estatutos e Regulamentos do CNE, bem como do Regulamento Interno da Região e demais deliberações do Conselho Regional;	
16.2	Acompanhar e fiscalizar a gestão financeira da Junta Regional	
16.3	Dar parecer sobre o Relatório e Contas da Junta Regional e das Juntas de Núcleo;	
16.4	Dar parecer sobre a interpretação e aplicação de Regulamentos Internos Regional, de Núcleo e de Agrupamento, a solicitação da Junta Regional, Juntas de Núcleo e Direcções de Agrupamento;	
16.5	Exercer as competências definidas no Regulamento de Justiça.	

**17.** Acha que o C.N.E. deveria promover um **Curso de Formação** destinado aos titulares dos Conselhos Fiscais e Jurisdicionais?

(coloque um X na sua opção)

Sim	Não

**18.** Caso a sua resposta à questão anterior tenha sido “Sim”, da lista de **conteúdos** abaixo discriminados, indique, em seu entender, qual a sua **importância** para a inclusão num possível Curso de Formação destinado aos Conselhos Fiscais e Jurisdicionais :

*Coloque o número, de 1 a 4, no quadrado.*

(1 – Sem importância 2 - Pouco importante 3 – Importante; 4 – Muito importante)

	<b>CONTEÚDOS</b>	
18.1	Requisitos, Direitos e Deveres dos Dirigentes	
18.2	Responsabilidade disciplinar, civil e criminal	
18.3.	Regulamento de Justiça do C.N.E. (Disciplina dos Associados)	
18.4	Responsabilidade Civil de pessoas obrigadas à responsabilidade de outrem	
18.5	Responsabilidade Criminal de pessoas obrigadas à responsabilidade de outrem	

18.6	Poder Paternal	
18.7	Perigosidade	
18.8	Legislação limitativa de actividades escutistas	
18.9	Seguro escuta	
18.10	Noções gerais de contabilidade	
18.11	Noções gerais de secretariado e administração	
18.12	Noções gerais de direito	
18.13	Estatutos e Regulamento Geral do C.N.E.	
18.14	Relatórios e Contas	
18.15	Planos e Orçamentos	
18.16	Emissão de Pareceres	
18.17	Gestão de Conflitos	
18.18	Outro:	

**19.** Caso julgue pertinente, e se o desejar, faça **algumas considerações finais** relativas aos Conselhos Fiscais e Jurisdicionais que não tenham sido abordadas neste questionário e que julgue **importantes para o C.N.E.**

---



---



---



---



---

Obrigado pela sua colaboração!

# **ANEXO 8**

**(2 páginas)**

**Carta aos titulares**

**CFJN / CFJR**



Silvério Cabrita Silva da Conceição  
Apartado 1127  
8126 VILAMOURA

938351880 / 966425245  
[silverioconceicao@gmail.com](mailto:silverioconceicao@gmail.com)

Quarteira, 3 de Maio de 2006

*ASSUNTO: NECESSIDADES DE FORMAÇÃO DOS CONSELHOS  
FISCAIS E JURISDICIONAIS DO C.N.E. - QUESTIONÁRIO*

Prezado Dirigente,  
Conselho Fiscal e Jurisdicional do C.N.E.

Em primeiro lugar, os votos de um bom desempenho do cargo que actualmente exerce no C.N.E, no nível nacional ou no nível regional.

Sou Director de Formação do C.N.E., exerço desde 2005 o cargo de Presidente do Conselho Fiscal e Jurisdicional Regional da Região do Algarve e fui Chefe Regional do Algarve entre 1995 e 2005.

Consciente da responsabilidade que representa o exercício de um cargo numa associação com fins educativos como o C.N.E., optei, no âmbito do Mestrado em Ciências de Educação, especialização em Educação e Formação de Adultos, da Universidade do Algarve, por efectuar uma dissertação final subordinada ao tema “Necessidades de Formação dos Conselhos Fiscais e Jurisdicionais do Corpo Nacional de Escutas”.

O referido trabalho tem a devido apoio da Junta Central e do Conselho Fiscal e Jurisdicional Nacional.

O CNE pretende dotar todos os responsáveis adultos com a formação adequada para os cargos que exercem.  
Como se imagina, o correcto exercício das competências atribuídas pelos Estatutos e Regulamentos do C.N.E. aos Conselhos Fiscais e Jurisdicionais é desejo da Associação.

Assim, partindo do princípio que a sua colaboração é preciosa e certamente deseja contribuir para um C.N.E. cada vez melhor, venho solicitar a colaboração no preenchimento do inquérito em anexo cujas respostas serão alvo de tratamento estatístico, sendo, no entanto, garantida a confidencialidade do inquirido.

O inquérito deverá ser remetido, devidamente preenchido, até ao dia 31 de Maio de 2006, para a minha morada.

Em alternativa, poderá ser entregue pessoalmente no próximo Conselho Nacional Plenário, nos dias 27 e 28 de Maio de 2006, em Fátima.

Aguardando a sua disponibilidade, despeço-me com as mais cordiais saudações escutistas.

Silvério Cabrita Silva da Conceição

# **ANEXO 9**

**(2 páginas)**

**Carta aos ex-titulares**

**CFJN / CFJR**

Silvério Cabrita Silva da Conceição  
Apartado 1127  
8126 VILAMOURA

938351880 / 966425245  
[silverioconceicao@gmail.com](mailto:silverioconceicao@gmail.com)

Quarteira, 3 de Maio de 2006

*ASSUNTO: NECESSIDADES DE FORMAÇÃO DOS CONSELHOS  
FISCAIS E JURISDICIONAIS DO C.N.E. - QUESTIONÁRIO*

Prezado Dirigente,  
Ex-membro  
Conselho Fiscal e Jurisdicional do C.N.E.

Em primeiro lugar, os votos de um bom desempenho do cargo que actualmente exerce no C.N.E.

Sou Director de Formação do C.N.E., exerço desde 2005 o cargo de Presidente do Conselho Fiscal e Jurisdicional Regional da Região do Algarve e fui Chefe Regional do Algarve entre 1995 e 2005.

Consciente da responsabilidade que representa o exercício de um cargo numa associação com fins educativos como o C.N.E., optei, no âmbito do Mestrado em Ciências de Educação, especialização em Educação e Formação de Adultos, da Universidade do Algarve, por efectuar uma dissertação final subordinada ao tema “Necessidades de Formação dos Conselhos Fiscais e Jurisdicionais do Corpo Nacional de Escutas”.

O referido trabalho tem o devido apoio da Junta Central e do Conselho Fiscal e Jurisdicional Nacional.

O CNE pretende dotar todos os responsáveis adultos com a formação adequada para os cargos que exercem.

Como se imagina, o correcto exercício das competências atribuídas pelos Estatutos e Regulamentos do C.N.E. aos Conselhos Fiscais e Jurisdicionais é desejo da Associação.

Assim, tendo em consideração a sua passada experiência num Conselho Fiscal e Jurisdicional, e partindo do princípio de que a sua colaboração é preciosa e que certamente deseja contribuir para um C.N.E. cada vez melhor, venho solicitar a colaboração no preenchimento do inquérito em anexo cujas respostas serão alvo de tratamento estatístico, sendo, no entanto, garantida a confidencialidade do inquirido.

O inquérito deverá ser remetido, devidamente preenchido, até ao dia 31 de Maio de 2006, para a minha morada.

Em alternativa, poderá ser entregue pessoalmente no próximo Conselho Nacional Plenário, nos dias 27 e 28 de Maio de 2006, em Fátima.

Aguardando a sua disponibilidade, despeço-me com as mais cordiais saudações escutistas .

Silvério Cabrita Silva da Conceição

# **ANEXO 10**

**(1 página)**

**Carta ao**

**Presidente do Conselho Fiscal e Jurisdicional Nacional**

Silvério Cabrita Silva da Conceição  
Apartado 1127  
8126 VILAMOURA

938351880 / 966425245  
[silverioconceicao@gmail.com](mailto:silverioconceicao@gmail.com)

Quarteira, 3 de Maio de 2006

*ASSUNTO: NECESSIDADES DE FORMAÇÃO DOS CONSELHOS  
FISCAIS E JURISDICIONAIS DO C.N.E. - QUESTIONÁRIO*

Prezado Presidente do C.F.J.N.

José João Mourinho Marcelo

Em primeiro lugar, os votos de um bom desempenho do cargo que actualmente exerce no C.N.E..

Serve a presente carta para solicitar a colaboração no preenchimento dos questionários em anexo pelos cinco membros do Conselho Fiscal e Jurisdicional Nacional.

Os questionários inserem-se num trabalho académico, do vosso conhecimento, que estou a realizar, com possível aplicação interna no C.N.E.

O ofício em anexo, dirigido a cada um dos cinco titulares, fornece informações complementares.

Aguardando a sua colaboração, bem como dos restantes membros da sua Equipa, despeço-me com as mais cordiais saudações escutistas.

Silvério Cabrita Silva da Conceição

# **ANEXO 11**

**(1 página)**

**Carta aos Presidentes**

**Conselhos Fiscais e Jurisdicionais Regionais**



Silvério Cabrita Silva da Conceição  
Apartado 1127  
8126 VILAMOURA

938351880 / 966425245  
[silverioconceicao@gmail.com](mailto:silverioconceicao@gmail.com)

Quarteira, 3 de Maio de 2006

*ASSUNTO: NECESSIDADES DE FORMAÇÃO DOS CONSELHOS  
FISCAIS E JURISDICIONAIS DO C.N.E. - QUESTIONÁRIO*

Prezado Presidente do C.F.J.R.

---

Em primeiro lugar, os votos de um bom desempenho do cargo que actualmente exerce no C.N.E..

Serve a presente carta para solicitar a colaboração no preenchimento dos questionários em anexo pelos três membros do Conselho Fiscal e Jurisdicional Regional da vossa Região.

Os questionários inserem-se num trabalho académico que estou a realizar, com possível aplicação interna no C.N.E.

O ofício em anexo, dirigido a cada um dos três titulares, fornece informações complementares.

Aguardando a sua colaboração, bem como dos restantes membros da sua Equipa, despeço-me com as mais cordiais saudações escutistas.

Silvério Cabrita Silva da Conceição

# **ANEXO 12**

**(1 página)**

**Carta ao**

**Chefe Nacional**

Silvério Cabrita Silva da Conceição  
Apartado 1127  
8126 VILAMOURA

938351880 / 966425245  
[silverioconceicao@gmail.com](mailto:silverioconceicao@gmail.com)

Quarteira, 3 de Maio de 2006

*ASSUNTO: NECESSIDADES DE FORMAÇÃO DOS CONSELHOS  
FISCAIS E JURISDICIONAIS DO C.N.E. - QUESTIONÁRIO*

Prezado Chefe Nacional,  
Luís Lidington

Em primeiro lugar, os votos de um bom desempenho do cargo que actualmente exerce no C.N.E..

Serve a presente carta para solicitar a colaboração da Junta Central a que preside no sentido de fazer chegar as cartas e questionários em anexo aos cinco anteriores membros do Conselho Fiscal e Jurisdicional Nacional.

(Sugiro a entrega da presente documentação ao Chefe José Machado, como ex-Presidente do CFJN).

Caso não seja possível a entrega a algum deles, que seja entregue, nesse caso, a outro anterior membro, de outro mandato.

Os questionários inserem-se num trabalho académico que estou a realizar, do vosso conhecimento, com possível aplicação interna no C.N.E.

Os inquéritos em anexo não deverão ser entregues aos actuais titulares do Conselho Fiscal e Jurisdicional Nacional.

Para eles, foram remetidos directamente para o Conselho Fiscal e Jurisdicional Nacional.

Aguardando a sua colaboração, despeço-me com as mais cordiais saudações escutistas.

Silvério Cabrita Silva da Conceição

# **ANEXO 13**

**(1 página)**

**Carta aos**

**Chefes Regionais**

Silvério Cabrita Silva da Conceição  
Apartado 1127  
8126 VILAMOURA

938351880 / 966425245  
[silverioconceicao@gmail.com](mailto:silverioconceicao@gmail.com)

Quarteira, 3 de Maio de 2006

*ASSUNTO: NECESSIDADES DE FORMAÇÃO DOS CONSELHOS  
FISCAIS E JURISDICIONAIS DO C.N.E. - QUESTIONÁRIO*

Prezado Chefe Regional,

---

Em primeiro lugar, os votos de um bom desempenho do cargo que actualmente exerce no C.N.E..

Serve a presente carta para solicitar a colaboração da Junta Regional a que preside no sentido de fazer chegar as cartas e questionários em anexo aos três anteriores membros do Conselho Fiscal e Jurisdicional Regional da vossa Região.

Caso não seja possível a entrega a algum deles, que seja entregue, nesse caso, a outro anterior membro, de outro mandato.

Os questionários inserem-se num trabalho académico que estou a realizar, com possível aplicação interna no C.N.E.

Os inquéritos em anexo não deverão ser entregues aos actuais titulares do Conselho Fiscal e Jurisdicional Regional.

Para eles, foram remetidos directamente para a morada constante na base de dados do Conselho Fiscal e Jurisdicional Nacional.

Aguardando a sua colaboração, despeço-me com as mais cordiais saudações escutistas.

Silvério Cabrita Silva da Conceição

# **ANEXO 14**

**(1 página)**

## **Grelha de controle de recepção de questionários**

# QUESTIONÁRIOS

## CONTROLE DE RECEPÇÃO

CONSELHO FISCAL E JURISDICIONAL NACIONAL				
X	X	X	X	

EX - CONSELHO FISCAL E JURISDICIONAL NACIONAL				
X	X	X	X	

	C.F.J.R.			EX – C.F.J.R.		
AÇORES	X	X	X			
ALGARVE	X	X		X	X	X
AVEIRO	X					
BEJA	X	X	X			
BRAGA	X	X				
BRAGANÇA	X					
COIMBRA	X			X		
ÉVORA	X					
GUARDA	X					
LAMEGO				X	X	X
LEIRIA						
LISBOA	X					
MADEIRA						
P.CAS.BRA.						
PORTO	X	X				
SANTARÉM	X	X		X		
SETÚBAL	X	X	X	X		
V. CASTELO						
VILA REAL						
WISEU						

Ponto da situação a 10 / 08 / 2006 – 40 inquéritos recebidos

# **ANEXO 15**

**(1 página)**

## **Carta**

**Junta Regional de Évora**





## CORPO NACIONAL DE ESCUTAS

ESCUTISMO CATÓLICO PORTUGUÊS

Instituição de Utilidade Pública  
JUNTA REGIONAL ÉVORA

**Ao Dirigente do CNE  
Silvério Cabrita Silva da Conceição  
Apartado 1127**

**8126 VILAMOURA**

226 17.MAI.2006

J.R./2006

**ASSUNTO: ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO**

De acordo com a sua solicitação e de forma a podermos contribuir para este estudo que se encontra devidamente autorizado pela Junta Nacional, venho informá-lo que nesta mesma data foram enviados aos três ex-membros do Conselho Fiscal e Jurisdicional Regional, respectivamente os dirigentes Libertário Poeira Frois, Joaquim António Morais Brites e Laura Filipa P. Abelha Frois.

Fazendo Votos para que obtenha uma boa colaboração no estudo, apresento as melhores saudações escutistas e, creia-me, Sempre Alerta para Servir.

A CHEFE REGIONAL

Maria Helena de Araújo Vieira Pereira Guerra

Associação Educativa de Juventude Fundada em 1923 • Instituição de Utilidade Pública • Associação de Defesa do Ambiente • Membro Fundador da Organização Mundial do Movimento Escutista da Conferência Internacional Católica do Escutismo, da Federação Escutista de Portugal, do Conselho Nacional de Juventude, do Conselho Geral da Unesco, Conselho Nacional de Movimento e Obras do Aportelado dos Leigos e do Movimento Tabaco ou Saúde • Ordem de Mérito • Medalha de Bons Serviços Desportivos

NIPC - 500 972 052

RUA DOS MERCADORES, 43 - TELEF/FAX 266709509

7000 - 530 ÉVORA

# **ANEXO 16**

**(1 página)**

## **Carta da**

### **Junta Regional de Viana do Castelo**



**Corpo Nacional de Escutas**  
ESCUTISMO CATÓLICO PORTUGUÊS

**JUNTA REGIONAL DE VIANA DO CASTELO**  
**Secretaria Regional Administrativa**

Silvério Cabrita Silva da Conceição  
Apartado 1127

8126- Vilamoura

Sua referência	Sua Comunicação	Nossa Referência	Data
		SRGA – 24/2006	2006.05.23

**Assunto: Questionários dos C.F.J.R.**

Cordiais Saudações Escutistas.

Relativamente ao assunto em epígrafe, cabe-me informar, que a Região de Viana do Castelo, nunca elegeu nenhum **Conselho Fiscal Jurisdicional Regional**, por ausência de candidatos ou formação de qualquer Lista.

Sem outro assunto de momento, subscrevo-me amigavelmente.

**SEMPRE ALERTA PARA SERVIR**

O Secretário Regional Administrativo

Henrique Luís Carvalho Amorim

Apartado 20  
4901 – 909 Viana do Castelo  
Tel.: (351) 258 325 100  
Fax: (351) 258 325 101  
E-mail: jrcne\_viana@hotmail.com E-Web: [http:// www.terravista.pt/Ancora/2980](http://www.terravista.pt/Ancora/2980)  
Pessoa Colectiva n.º 500 972 052

Associação Educativa de Juventude, Fundada em 1923 • Instituição de Utilidade Pública • Associação Não Governamental de Ambiente Equiparada • Membro: Fundador da Organização Mundial do Movimento Escutista, da Conferência Internacional Católica do Escutismo, da Federação Escutista de Portugal, do Conselho Nacional de Juventude, do Conselho Geral da Unesco, do Conselho Nacional de Movimentos de Obras do Apostolado dos Leigos • Ordem do Mérito • Medalha de Bons Serviços Desportivos • Medalha de Honra da Cidade de Lisboa • Medalha do Trisdentado - União dos Escoteiros do Brasil • Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique

## **ANEXO 17**

**(3 páginas)**

### **Perfil dos titulares dos Conselhos Fiscais e Jurisdicionais (Dados)**

## Perfil dos titulares dos Conselhos Fiscais e Jurisdicionais

### 331. Distribuição por sexo .....

		Frequency	Percent	Valid percent	Cumulative percent
Valid	MASCULINO	33	82,5	82,5	82,5
	FEMININO	7	17,5	17,5	100,0
	Total	40	100,0	100,0	

### 332. Idade de admissão no CNE .....

	Frequency	Percent	Valid percent	Cumulative percent
6 – 10	15	37,5	37,5	37,5
11 – 20	14	35,0	35,0	72,5
21 – 30	6	15,0	15,0	87,5
31 – 40	3	7,5	7,5	95,0
41 – 50	1	2,5	2,5	97,5
51 – 60	1	2,5	2,5	100,0
61 – 70	0	0	0	
Total	40	100,0	100,0	100,0

### 333. Idade de Investidura de Dirigente do C.N.E. ....

	Frequency	Percent	Valid percent	Cumulative percent
6 – 10	0	0	0	0
11 – 20	11	27,5	27,5	27,5
21 – 30	23	57,5	57,5	85,0
31 – 40	4	10,0	10,0	95,0
41 – 50	1	2,5	2,5	97,5
51 – 60	1	2,5	2,5	100,0
61 – 70	0	0	0	100,0
Total	40	100,0	100,0	100,0

### 334. Idade da primeira eleição para um Conselho Fiscal e Jurisdicional .....

	Frequency	Percent	Valid percent	Cumulative percent
6 – 10	0	0	0	0
11 – 20	0	0	0	0
21 – 30	13	32,5	33,3	33,3
31 – 40	17	42,5	43,6	76,9
41 – 50	5	12,5	12,8	89,7
51 – 60	4	10,0	10,3	100,0
61 – 70	0	0	0	100,0
Perdidos	1	2,5	-	-
Total	40	100,0	100,0	100,0

335. Profissão .....

	PROFISSÃO	QUANTIDADE
1	Advogado	6
2	Técnico de Contas	5
3	Gestor	2
4	Economista	3
5	Bancário	2
6	Engenheiro	2
7	Inspector Superior	1
8	Professor	1
9	Magistrado Judicial	1
10	Responsável administrativo e financeiro	1
11	Investigador científico	1
12	Técnico de artes visuais	1
13	Escriturário	2
14	Consultor comercial	1
15	Funcionária administrativa	1
16	Responsável de Departamento comercial	1
17	Enfermeiro	1
18	Fisioterapeuta	1
19	Profissional de seguros	1
20	Oficial do exército	1
21	Guarda prisional	1
22	Costureira	1
23	Empregada de balcão	1
24	Empregada de restauração	1
25	Reformado	1
		10

336. Habilitações literárias .....

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Inferior ao 9.º ano	2	5,0	5,0	5,0
9.º ano	2	5,0	5,0	10,0
12.º ano	7	17,5	17,5	27,5
Bacharelato	4	10,0	10,0	37,5
Licenciatura	16	40,0	40,0	77,5
Pós-Graduação	5	12,5	12,5	90,0
Mestrado	4	10,0	10,0	100,0
Total	40	100,0	100,0	

337. Área da habilitação de Ensino Superior .....

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Direito ou afins	10	25,0	35,7	35,7
	Gestão / Economia / Contabilidade	10	25,0	35,7	71,4
	Ensino / Ciências da Educação	1	2,5	3,6	75,0
	Outra Área	7	17,5	25,0	100,0
	Total	28	70,0	100,0	
Missing	System	12	30,0		
Total		40	100,0		

## **ANEXO 18**

**(4 páginas)**

**Qualidades importantes no perfil de um membro de um  
CFJ (Dados)**



## Qualidades importantes no perfil de um membro de um CFJ (Dados)

### PERFIL - QUALIDADE 1

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	2	5,0	5,0	5,0
Alguns anos de experiência	1	2,5	2,5	7,5
Bom senso	2	5,0	5,0	12,5
Bons conhecimentos Contabilidade e Direito	1	2,5	2,5	15,0
Capacidade de análise	1	2,5	2,5	17,5
Capacidade de diálogo	1	2,5	2,5	20,0
Competência para o cargo	1	2,5	2,5	22,5
Conhecer em profundidade os Estatutos e Regulamento Geral	1	2,5	2,5	25,0
Conhecimento das competências	1	2,5	2,5	27,5
Conhecimento das regras do CNE	1	2,5	2,5	30,0
Conhecimento dos Estatutos e Regulamentos	1	2,5	2,5	32,5
Conhecimento Jurídico e Fiscal	1	2,5	2,5	35,0
Conhecimentos	1	2,5	2,5	37,5
Conhecimentos Contabilidade / Fiscalidade	1	2,5	2,5	40,0
Conhecimentos sólidos Administração / Finanças / Jurídicos	1	2,5	2,5	42,5
Conhecimentos técnicos	1	2,5	2,5	45,0
Credibilidade na Região	1	2,5	2,5	47,5
Disponibilidade	1	2,5	2,5	50,0
Equilíbrio	1	2,5	2,5	52,5
Experiência profissional na área administrativa e financeira	1	2,5	2,5	55,0
Fidelidade à Lei, Princípios e Promessa	1	2,5	2,5	57,5
Formação académica	1	2,5	2,5	60,0
Formação específica	1	2,5	2,5	62,5
Gestão	1	2,5	2,5	65,0
Idoneidade moral	1	2,5	2,5	67,5
Imparcialidade	1	2,5	2,5	70,0

Isenção	2	5,0	5,0	75,0
Lealdade	2	5,0	5,0	80,0
Noções de Direito e Contabilidade	1	2,5	2,5	82,5
Responsabilidade	5	12,5	12,5	95,0
Sabedoria	1	2,5	2,5	97,5
Verticalidade	1	2,5	2,5	100,0
Total	40	100,0	100,0	

## PERFIL - QUALIDADE 2

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	3	7,5	7,5	7,5
Bom senso	2	5,0	5,0	12,5
Capacidade e análise crítica	1	2,5	2,5	15,0
Competencia	1	2,5	2,5	17,5
Competência	2	5,0	5,0	22,5
Conhecedor dos Regulamentos	1	2,5	2,5	25,0
Conhecimento da organização do CNE	1	2,5	2,5	27,5
Conhecimento dos Estatutos e Regulamentos	1	2,5	2,5	30,0
Conhecimentos académicos	1	2,5	2,5	32,5
Conhecimentos de Gestão	1	2,5	2,5	35,0
Conhecimentos económico-financeiros	1	2,5	2,5	37,5
Conhecimentos profissionais	1	2,5	2,5	40,0
Cumpridor dos regulamentos	1	2,5	2,5	42,5
Discernimento	1	2,5	2,5	45,0
Experiência	1	2,5	2,5	47,5
Experiência Profissional	1	2,5	2,5	50,0
Firmeza	1	2,5	2,5	52,5
Formação	1	2,5	2,5	55,0
Formação em área jurídica	1	2,5	2,5	57,5
Formação nas áreas de intervenção do CFJN	1	2,5	2,5	60,0
Formação profissional	1	2,5	2,5	62,5
Gestão	1	2,5	2,5	65,0
Imparcial	1	2,5	2,5	67,5
Imparcialidade	3	7,5	7,5	75,0
Isenção	1	2,5	2,5	77,5
Paciência	1	2,5	2,5	80,0
Ponderação	1	2,5	2,5	82,5

Responsabilidade	1	2,5	2,5	85,0
Rigor	1	2,5	2,5	87,5
Seguro	1	2,5	2,5	90,0
Sentido do dever	1	2,5	2,5	92,5
Ser Chefe	1	2,5	2,5	95,0
Ser relacionável	1	2,5	2,5	97,5
Vivência escutista efectiva	1	2,5	2,5	100,0
Total	40	100,0	100,0	

### PERFIL - QUALIDADE 3

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	6	15,0	15,0	15,0
Bem formado	1	2,5	2,5	17,5
Boa formação e conduta escutista e civil	1	2,5	2,5	20,0
Bom mediador	1	2,5	2,5	22,5
Bom senso	2	5,0	5,0	27,5
Capacidade de decisão	1	2,5	2,5	30,0
Capacidade de diálogo	1	2,5	2,5	32,5
Capacidade de Gestão de Conflitos	1	2,5	2,5	35,0
Capacidade de relação pessoal	1	2,5	2,5	37,5
Capacidade de solucionar/resolver problemas	1	2,5	2,5	40,0
Coerencia	1	2,5	2,5	42,5
Conhecedor dos Regulamentos	1	2,5	2,5	45,0
Conhecedor dos Regulamentos do CNE	1	2,5	2,5	47,5
Conhecer o Movimento	1	2,5	2,5	50,0
Conhecimento de noções de direito	1	2,5	2,5	52,5
Conhecimento jurídico e fiscal	1	2,5	2,5	55,0
Conhecimentos Técnicos	1	2,5	2,5	57,5
Cortezia	1	2,5	2,5	60,0
Cumpridor dos regulamentos	1	2,5	2,5	62,5
Discrição	1	2,5	2,5	65,0
Disponibilidade	3	7,5	7,5	72,5
Honestidade	1	2,5	2,5	75,0
Isenção	2	5,0	5,0	80,0
Leal	1	2,5	2,5	82,5
Organização	1	2,5	2,5	85,0
Perfil para o desempenho da função	1	2,5	2,5	87,5
Ponderação	1	2,5	2,5	90,0

Rigorous e imparcial	1	2,5	2,5	92,5
Sentido dos valores do escutismo como referência para decisões no caso concreto	1	2,5	2,5	95,0
Serenidade	1	2,5	2,5	97,5
Seriedade	1	2,5	2,5	100,0
Total	40	100,0	100,0	

## **ANEXO 19**

**(2 páginas)**

### **Fixação de requisitos adicionais de candidatura (Dados)**

## Fixação de requisitos adicionais de candidatura

Apesar dos Conselhos Fiscais e Jurisdicionais serem órgãos electivos, acha que devem ser fixados em Regulamento requisitos adicionais de candidatura?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	29	72,5	74,4	74,4
	NÃO	10	25,0	25,6	100,0
	Total	39	97,5	100,0	
Missing	System	1	2,5		
Total		40	100,0		

351. Idade mínima regulamentada .....

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	20	50,0	74,1	74,1
	NÃO	7	17,5	25,9	100,0
	Total	27	67,5	100,0	
Missing	System	13	32,5		
Total		40	100,0		

352. Idade máxima regulamentada .....

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	6	15,0	26,1	26,1
	NÃO	17	42,5	73,9	100,0
	Total	23	57,5	100,0	
Missing	System	17	42,5		
Total		40	100,0		

353. Detentor de grau superior .....

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	3	7,5	13,0	13,0
	NÃO	20	50,0	87,0	100,0
	Total	23	57,5	100,0	
Missing	System	17	42,5		
Total		40	100,0		

354. Tempo de serviço mínimo como Dirigente .....

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	25	62,5	92,6	92,6
	NÃO	2	5,0	7,4	100,0
	Total	27	67,5	100,0	
Missing	System	13	32,5		
Total		40	100,0		

355. Homologação pela Hierarquia .....

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	11	27,5	50,0	50,0
	NÃO	11	27,5	50,0	100,0
	Total	22	55,0	100,0	
Missing	System	18	45,0		
Total		40	100,0		

356. Aproveitamento em Curso de Formação destinado aos CFJN / CFJR .....

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	23	57,5	82,1	82,1
	NÃO	5	12,5	17,9	100,0
	Total	28	70,0	100,0	
Missing	System	12	30,0		
Total		40	100,0		

357. Aproveitamento no Curso de Gestão Administrativa e Financeira .....

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	11	27,5	50,0	50,0
	NÃO	11	27,5	50,0	100,0
	Total	22	55,0	100,0	
Missing	System	18	45,0		
Total		40	100,0		

358. Outros requisitos de candidatura .....

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	2	5,0	33,3	33,3
	NÃO	4	10,0	66,7	100,0
	Total	6	15,0	100,0	
Missing	System	34	85,0		
Total		40	100,0		

## **ANEXO 20**

**(9 páginas)**

### **Preparação para exercer as competências dos CFJ (Dados)**

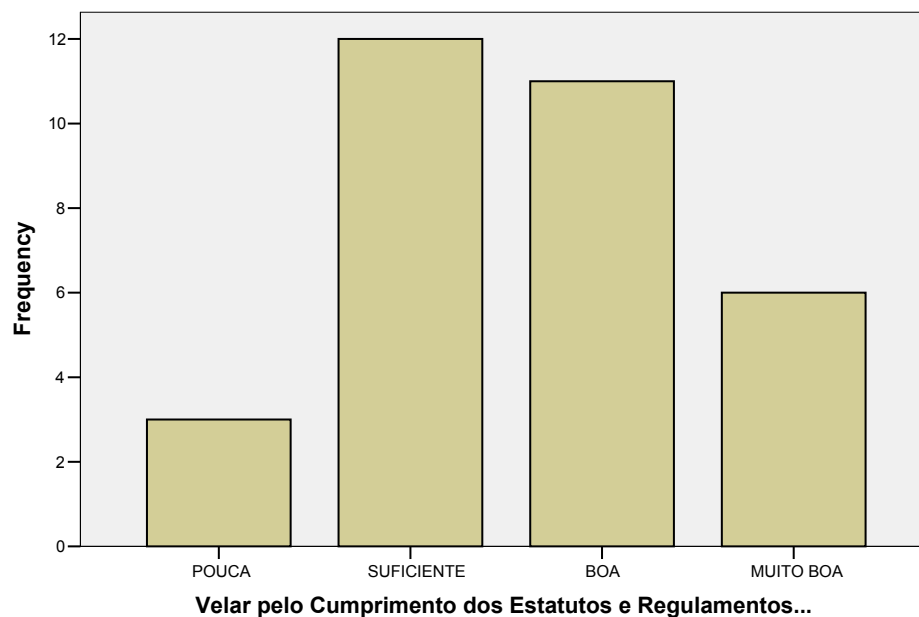


## Preparação para exercer as competências dos CFJ

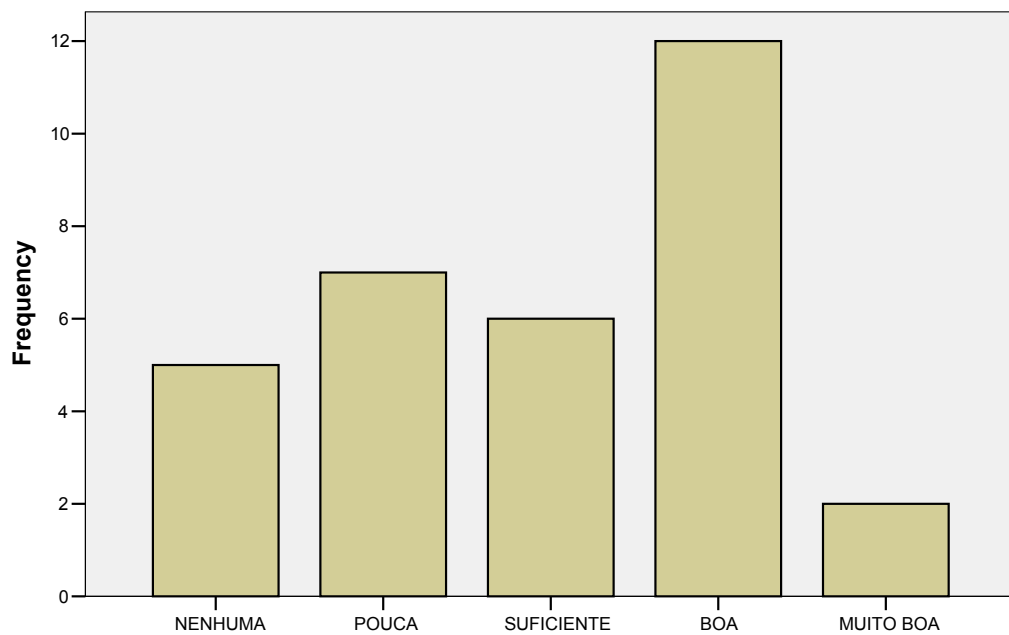
### O C.N.E. PROPORCIONOU FORMAÇÃO ESPECÍFICA ?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	NENHUMA	27	67,5	69,2	69,2
	POUCA	8	20,0	20,5	89,7
	SUFICIENTE	1	2,5	2,6	92,3
	BOA	3	7,5	7,7	100,0
	Total	39	97,5	100,0	
Missing	System	1	2,5		
Total		40	100,0		

### Velar pelo Cumprimento dos Estatutos e Regulamentos...

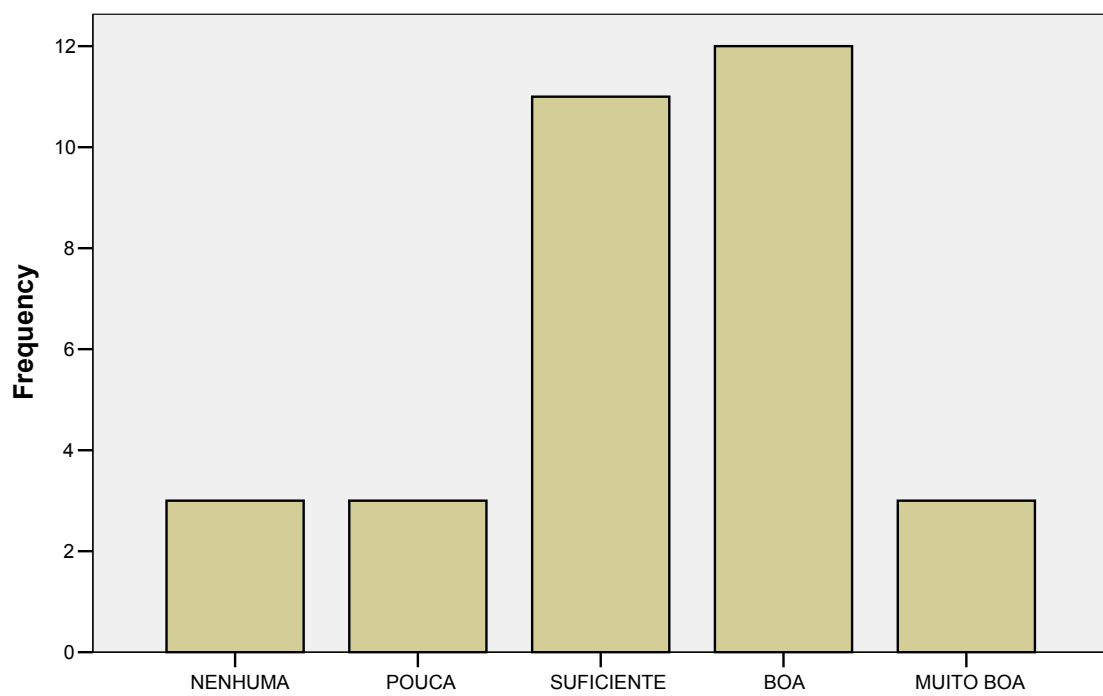


**Acompanhar e fiscalizar a administração e gestão financeira da Junta Central.**



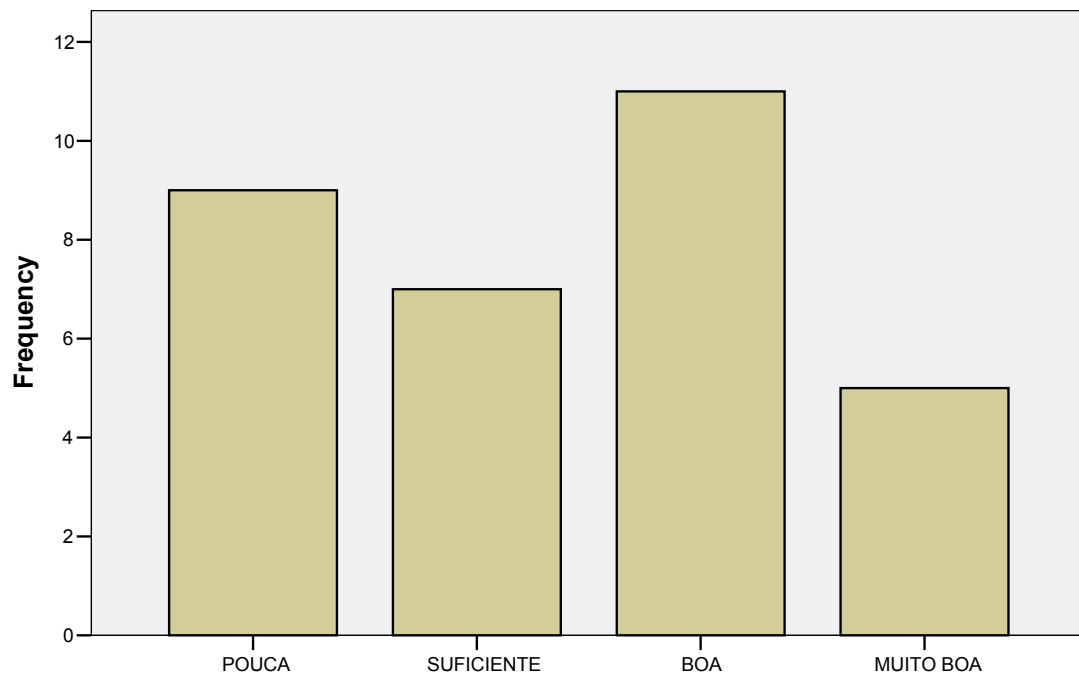
**Acompanhar e fiscalizar a administração e gestão financeira da Junta Central.**

**Dar parecer sobre o Relatório e Contas ao Conselho Nacional**



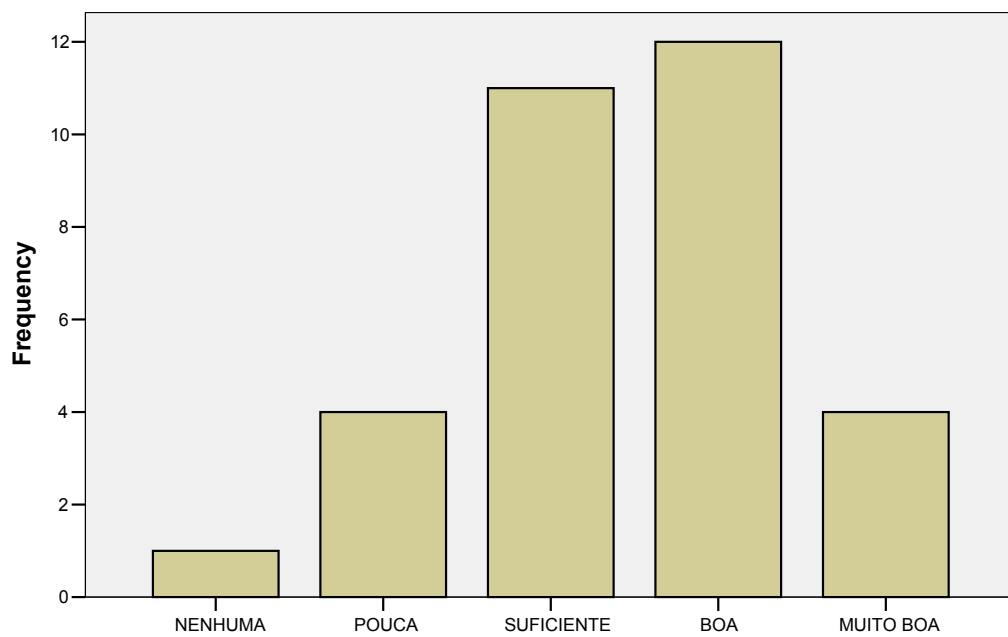
**Dar parecer sobre o Relatório e Contas ao Conselho Nacional**

**Elaborar pareceres sobre questões de âmbito estatutário e regulamentar.**



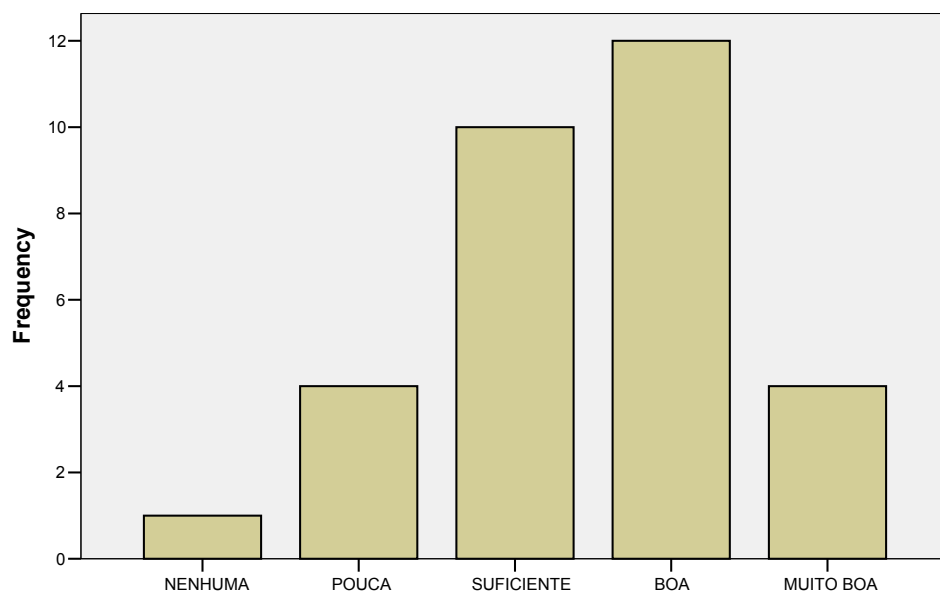
**Elaborar pareceres sobre questões de âmbito estatutário e regulamentar.**

**Exercer o poder disciplinar**



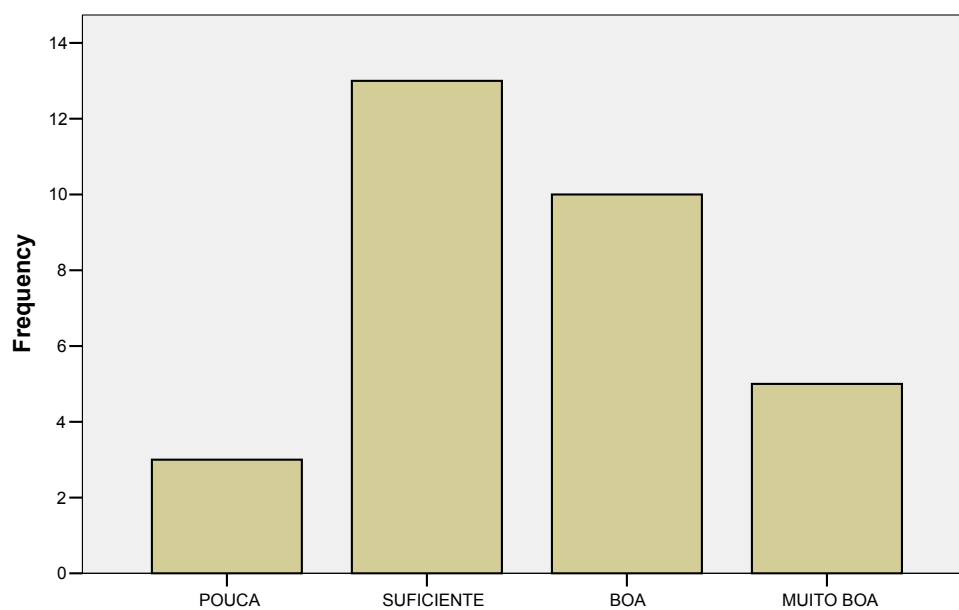
**Exercer o poder disciplinar**

**Exercer o poder jurisdicional como último órgão de recurso.**



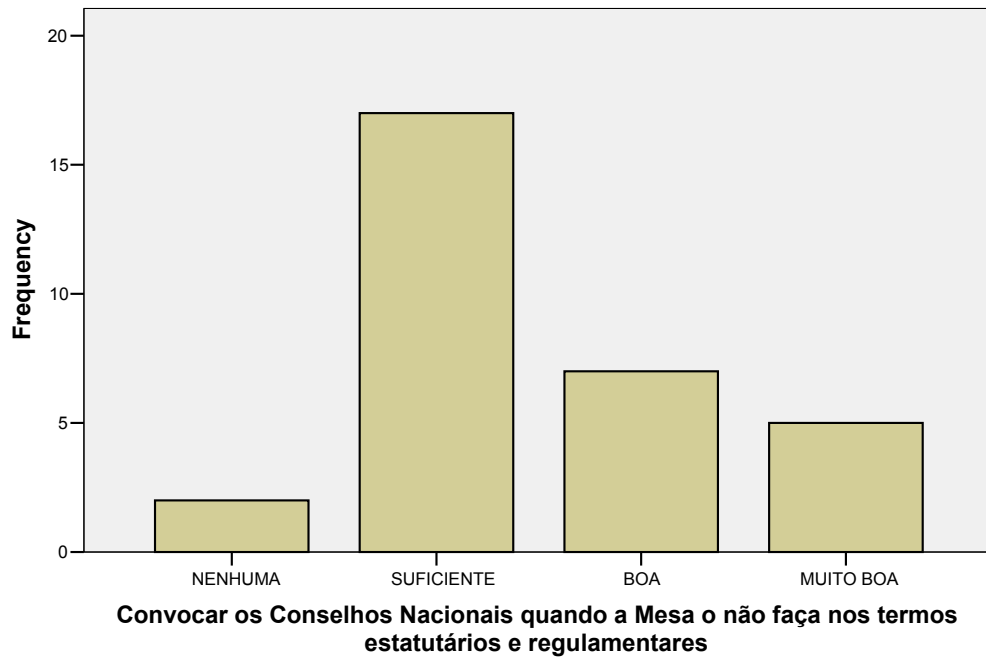
**Exercer o poder jurisdicional como último órgão de recurso.**

**Emitir recomendações aos órgãos do C.N.E.**

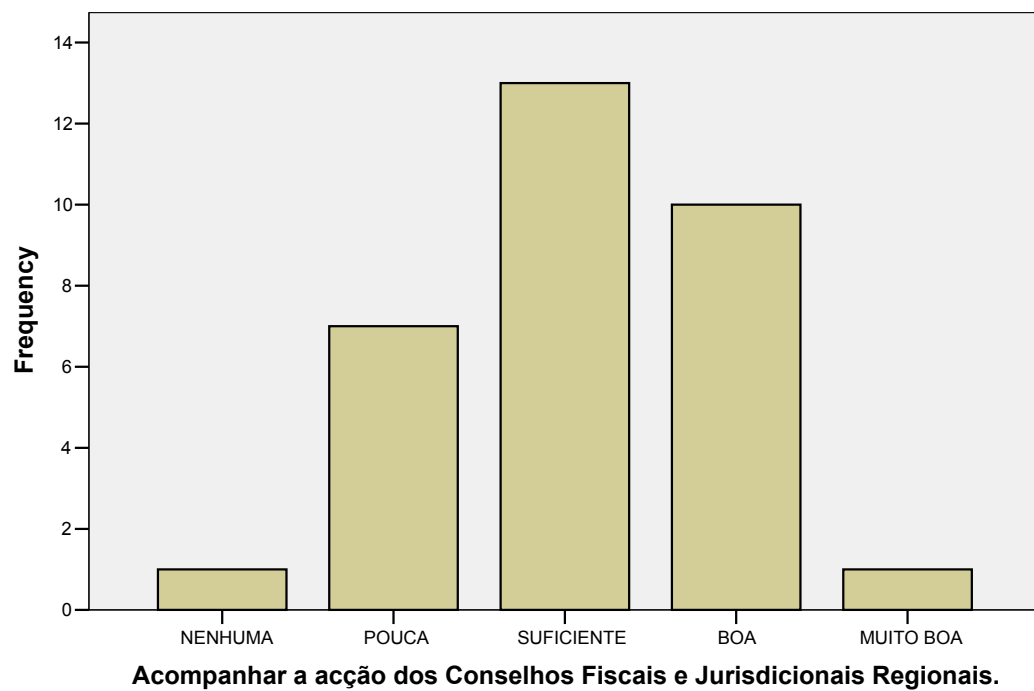


**Emitir recomendações aos órgãos do C.N.E.**

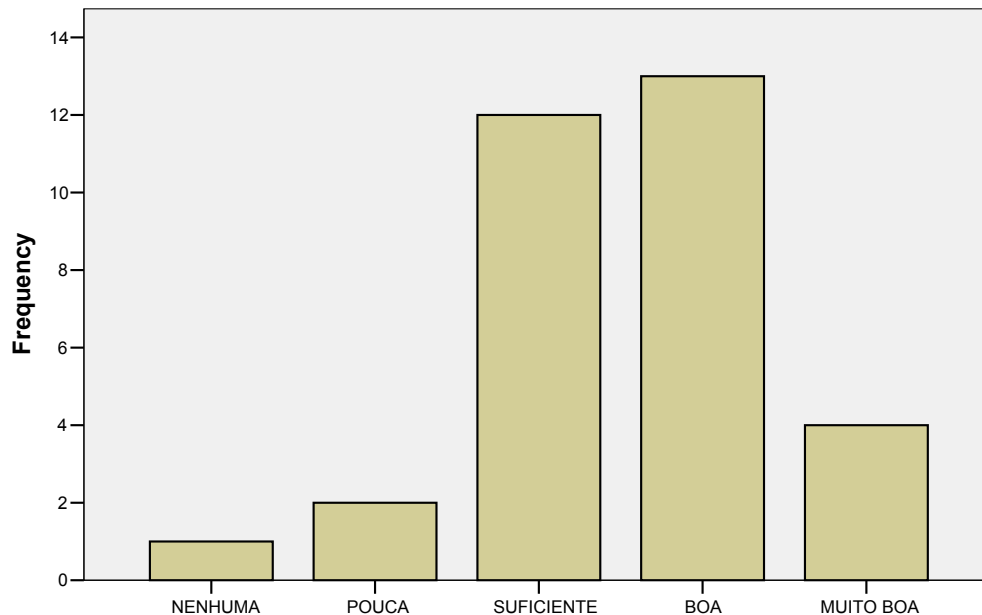
**Convocar os Conselhos Nacionais quando a Mesa o não faça nos termos estatutários e regulamentares**



**Acompanhar a acção dos Conselhos Fiscais e Jurisdicionais Regionais.**

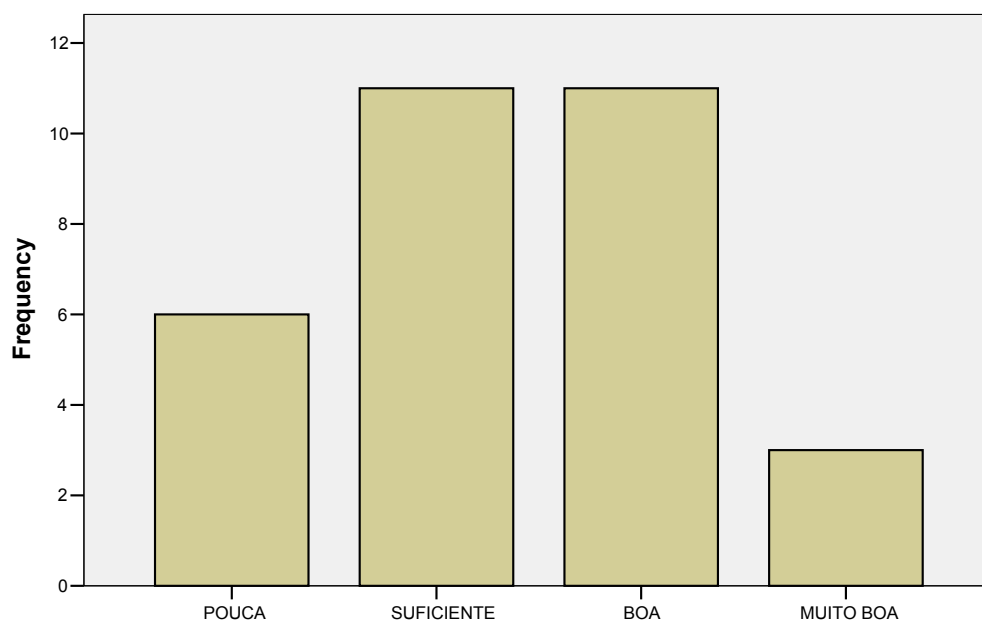


**Exercer as competências definidas no Regulamento de Justiça.**



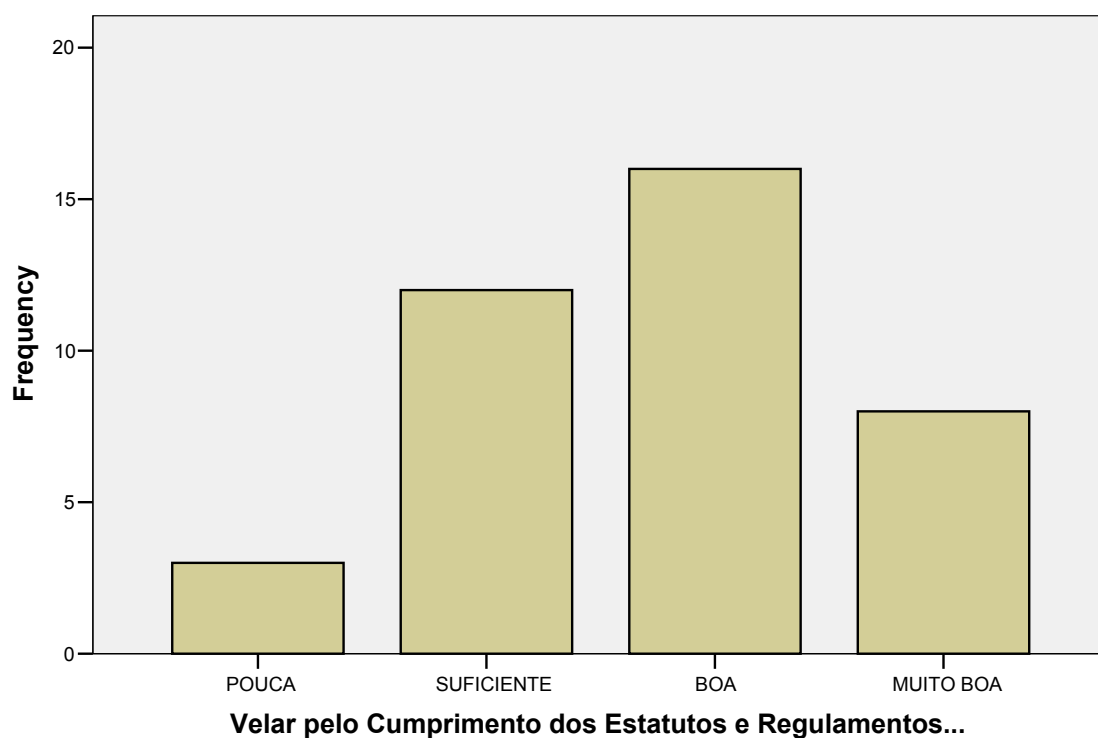
**Exercer as competências definidas no Regulamento de Justiça.**

**Cumprir as demais atribuições constantes da Lei.**

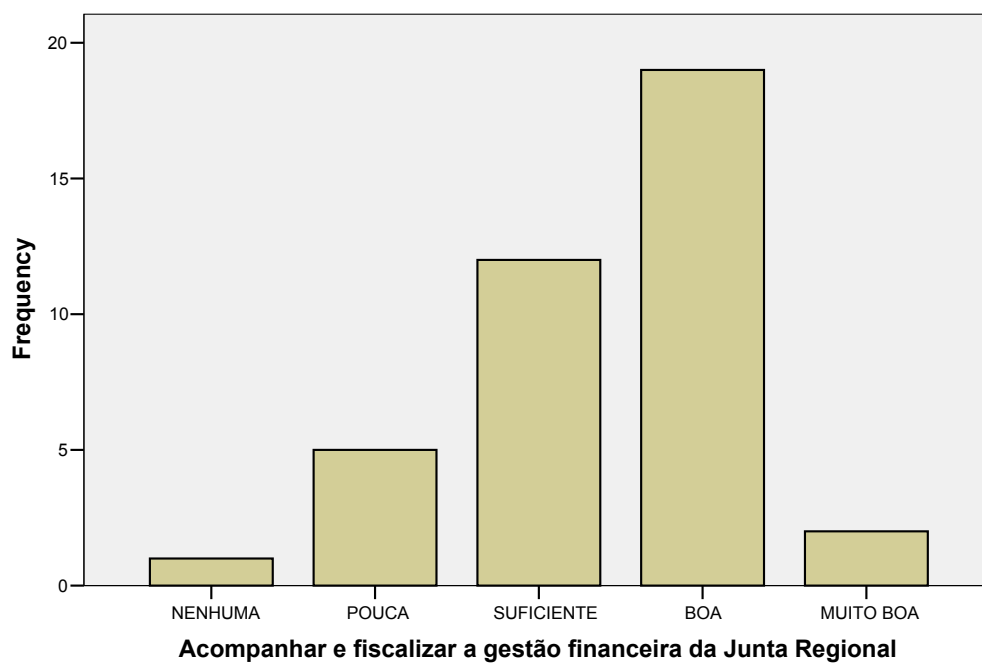


**Cumprir as demais atribuições constantes da Lei.**

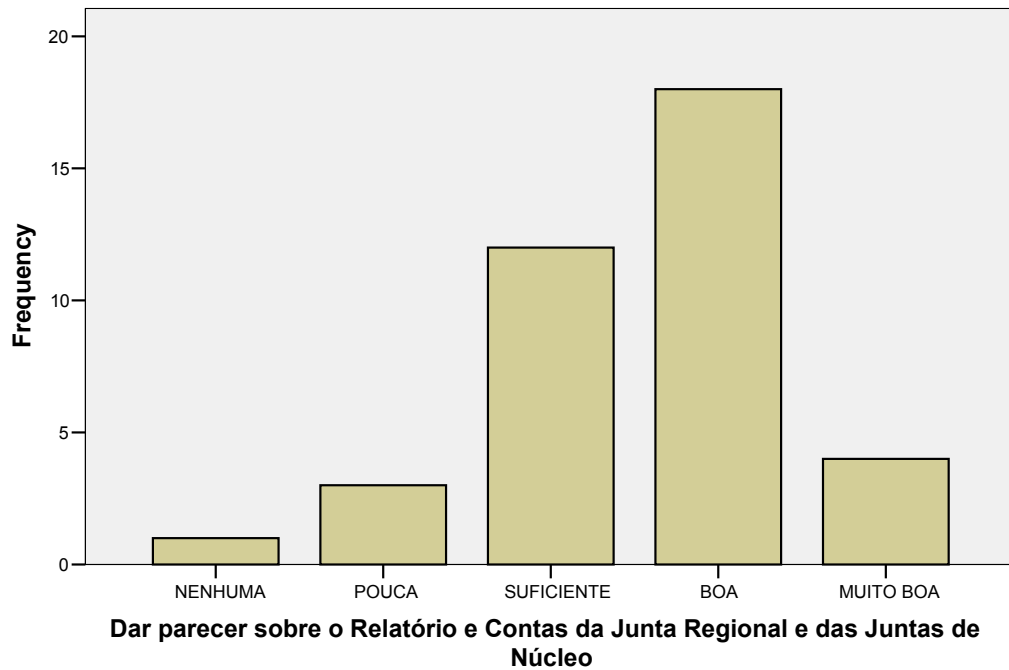
### **Velar pelo Cumprimento dos Estatutos e Regulamentos...**



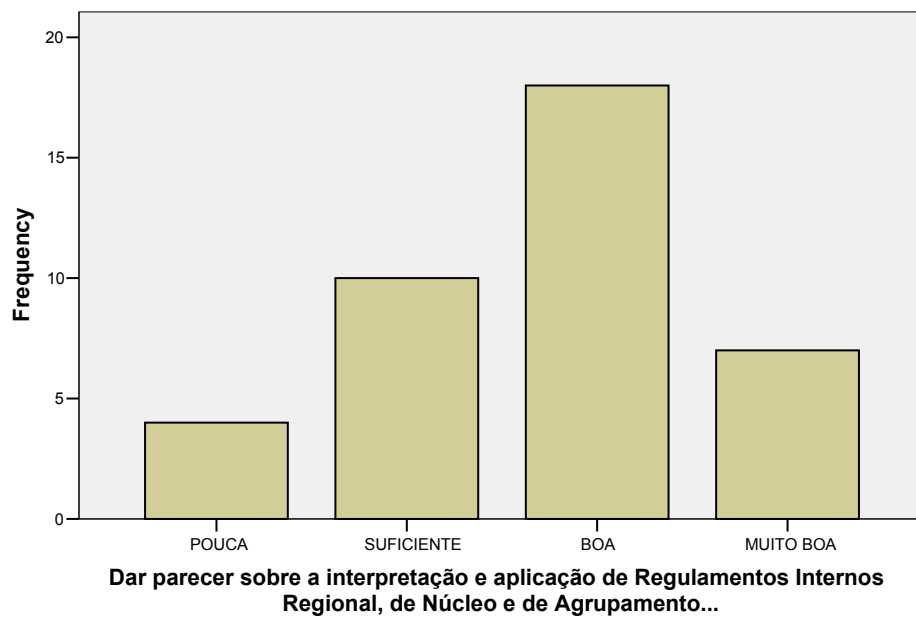
### **Acompanhar e fiscalizar a gestão financeira da Junta Regional**



**Dar parecer sobre o Relatório e Contas da Junta Regional e das Juntas de Núcleo**

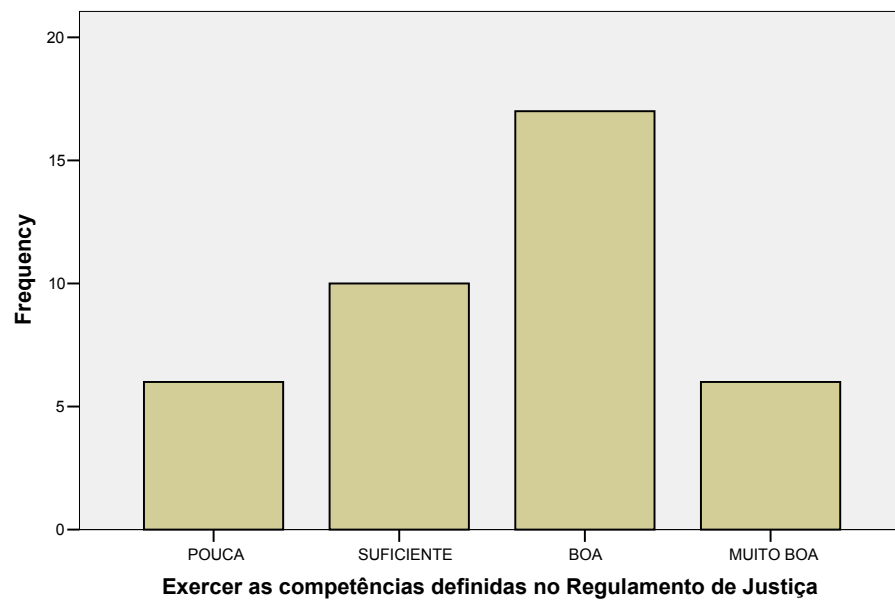


**Dar parecer sobre a interpretação e aplicação de Regulamentos Internos Regional, de Núcleo e de Agrupamento...**





### Exercer as competências definidas no Regulamento de Justiça



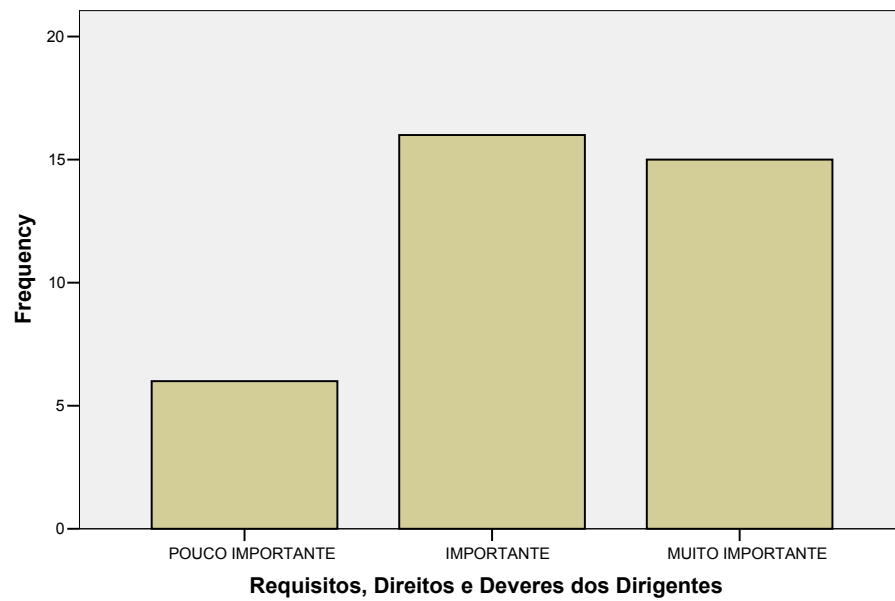
## **ANEXO 21**

**( 9 páginas)**

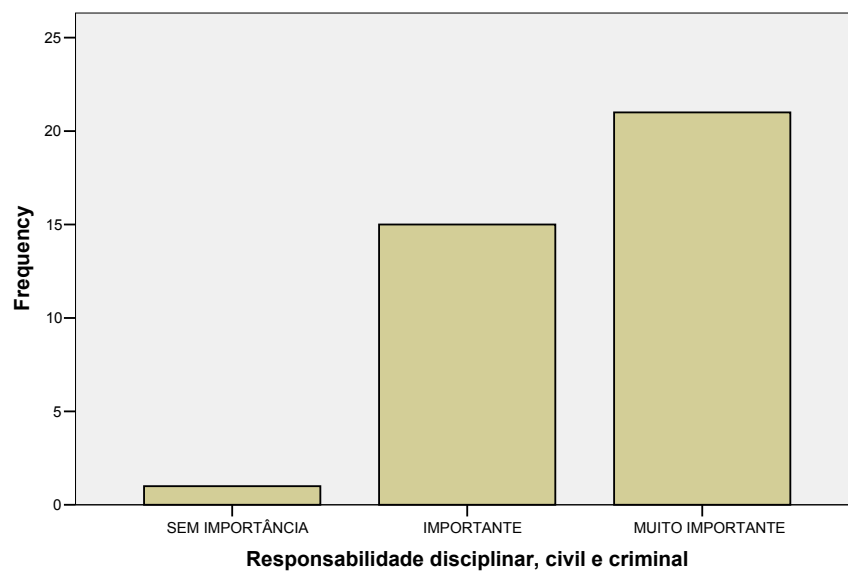
**Conteúdos a incluir em curso de formação  
(Dados)**

## Conteúdos a incluir em curso de formação

**Requisitos, Direitos e Deveres dos Dirigentes**



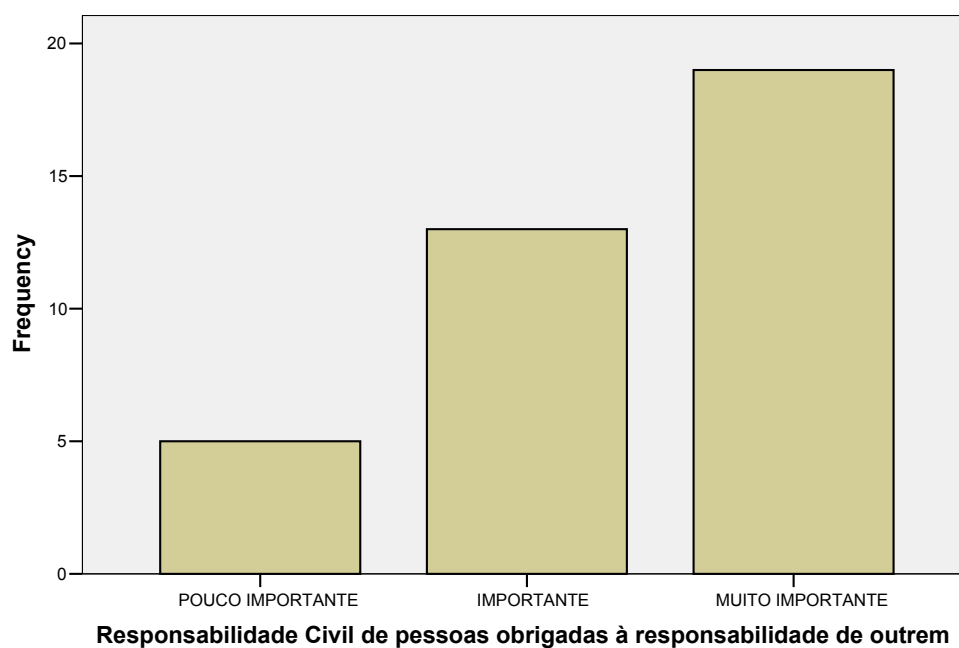
**Responsabilidade disciplinar, civil e criminal**



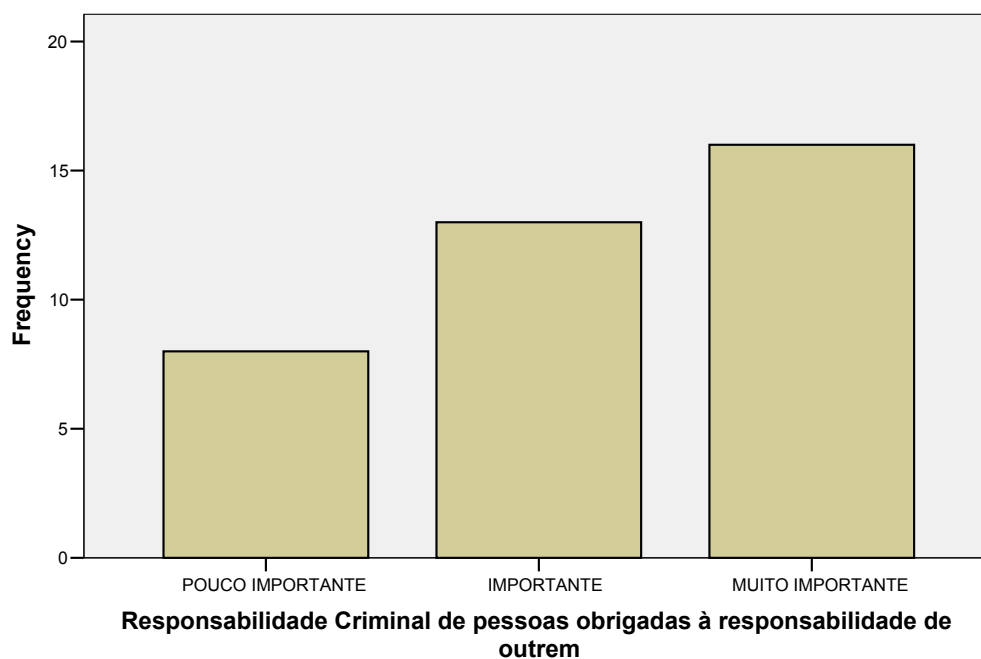
**Regulamento de Justiça do C.N.E. (Disciplina dos Associados)**

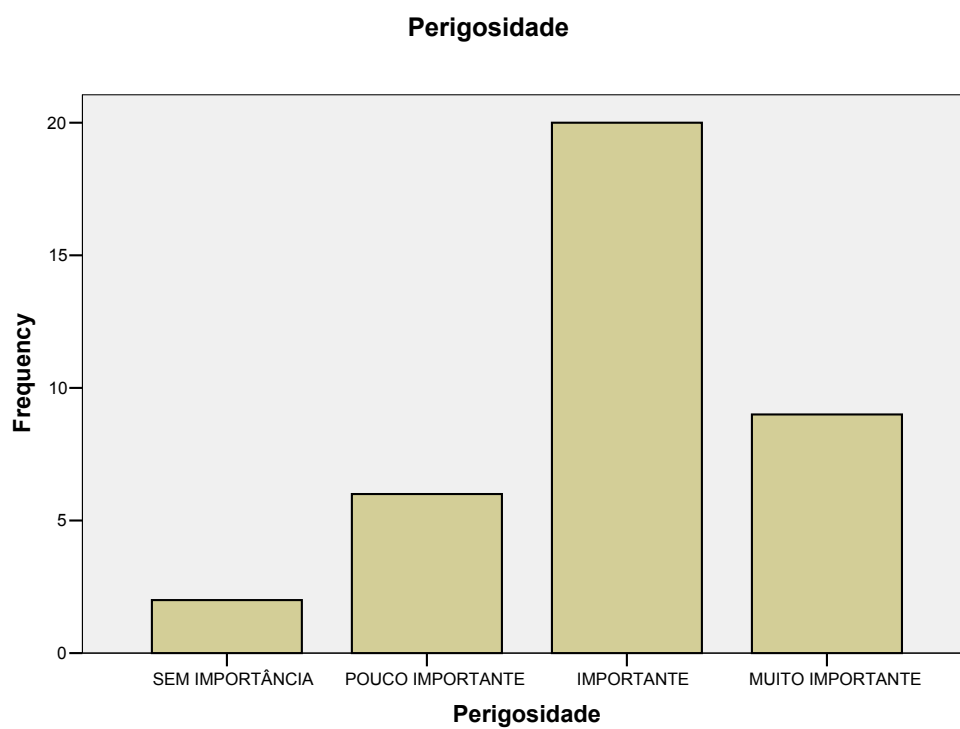
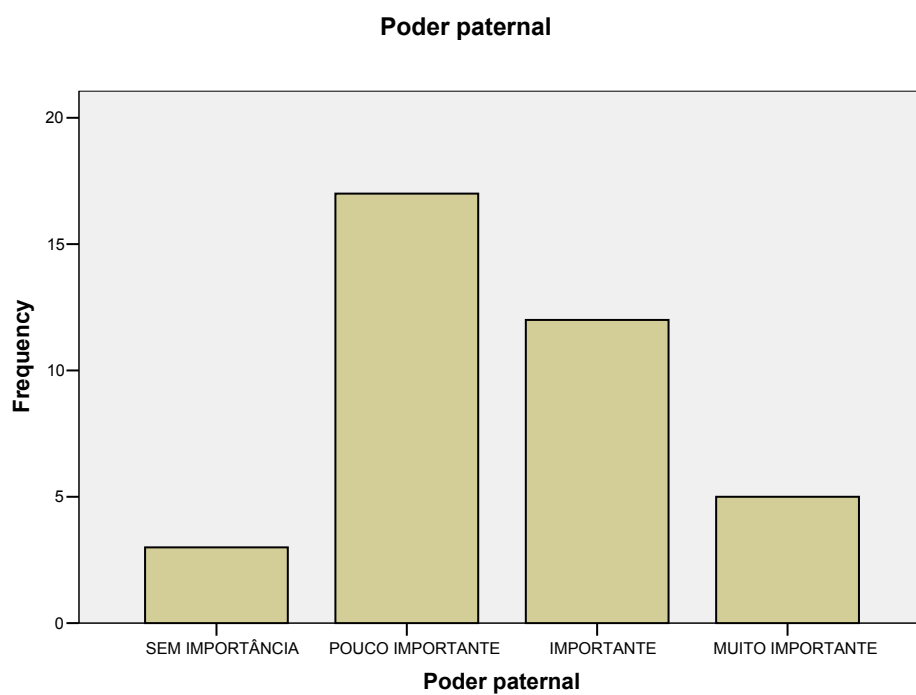


### Responsabilidade Civil de pessoas obrigadas à responsabilidade de outrem

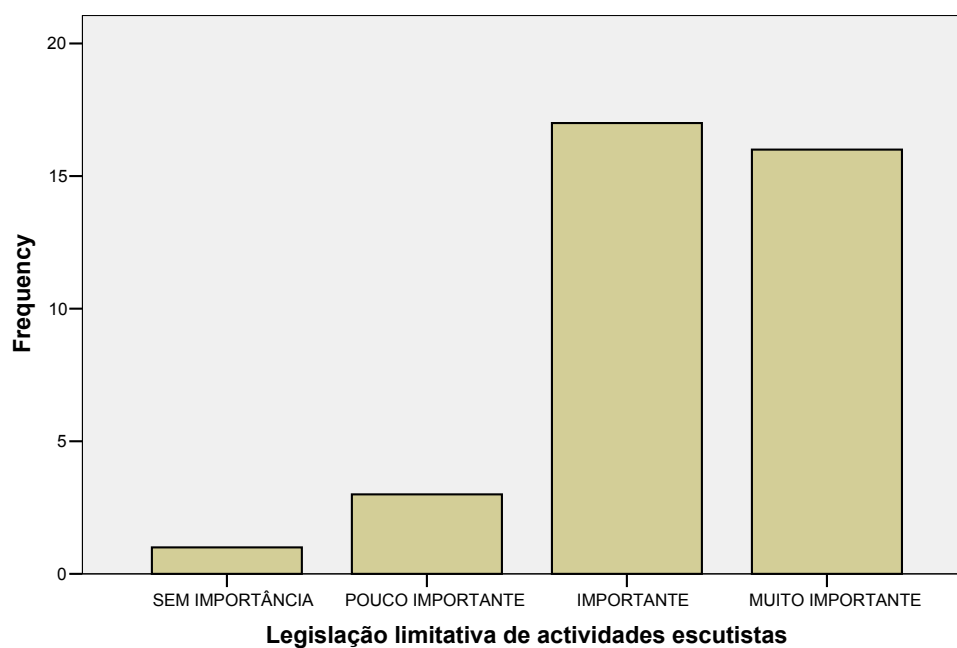


### Responsabilidade Criminal de pessoas obrigadas à responsabilidade de outrem

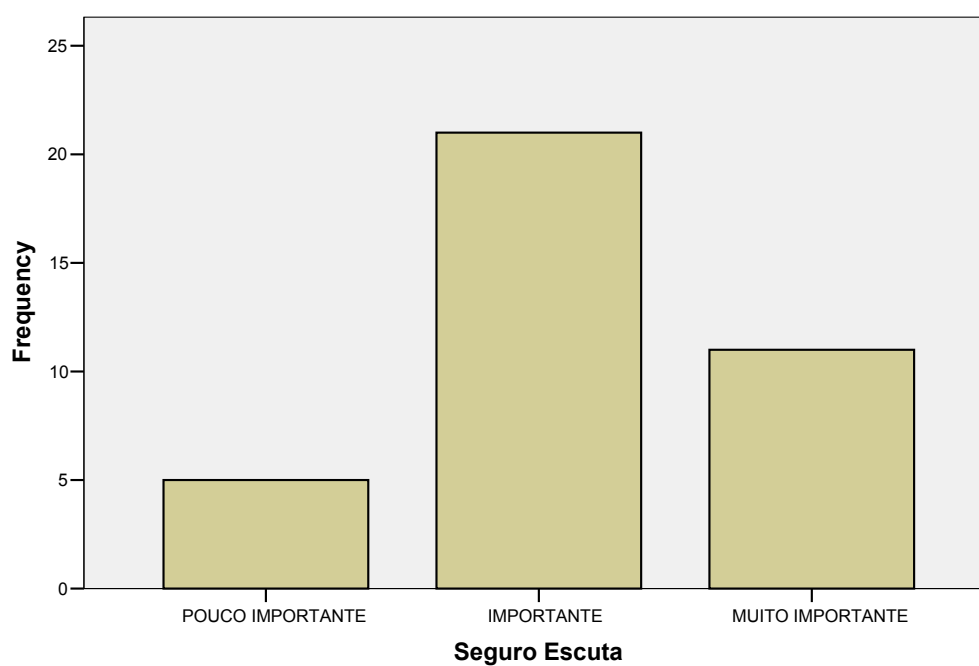




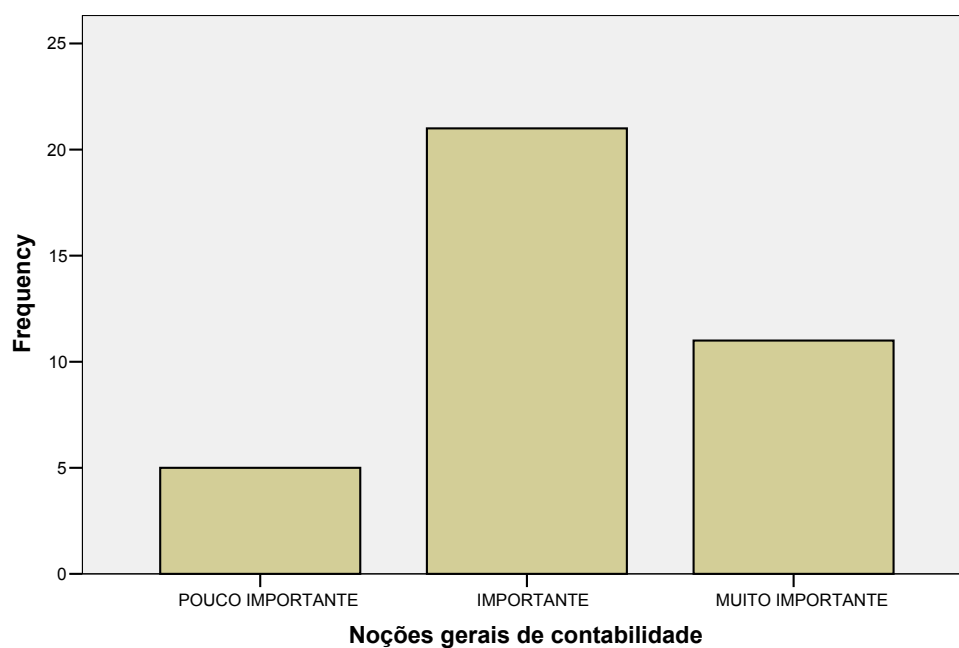
### Legislação limitativa de actividades escutistas



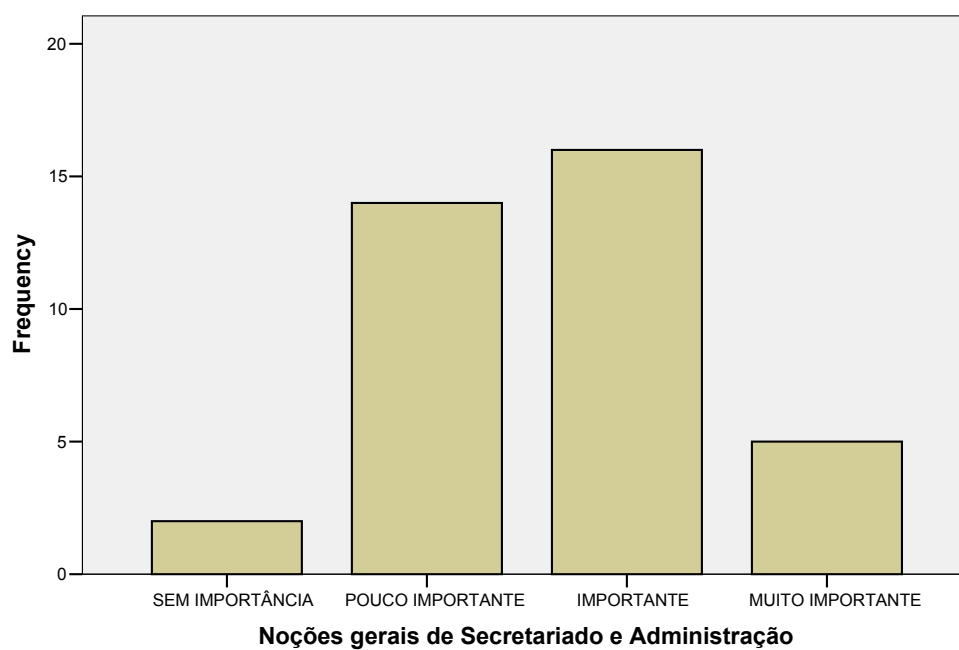
### Seguro Escuta



### Noções gerais de contabilidade

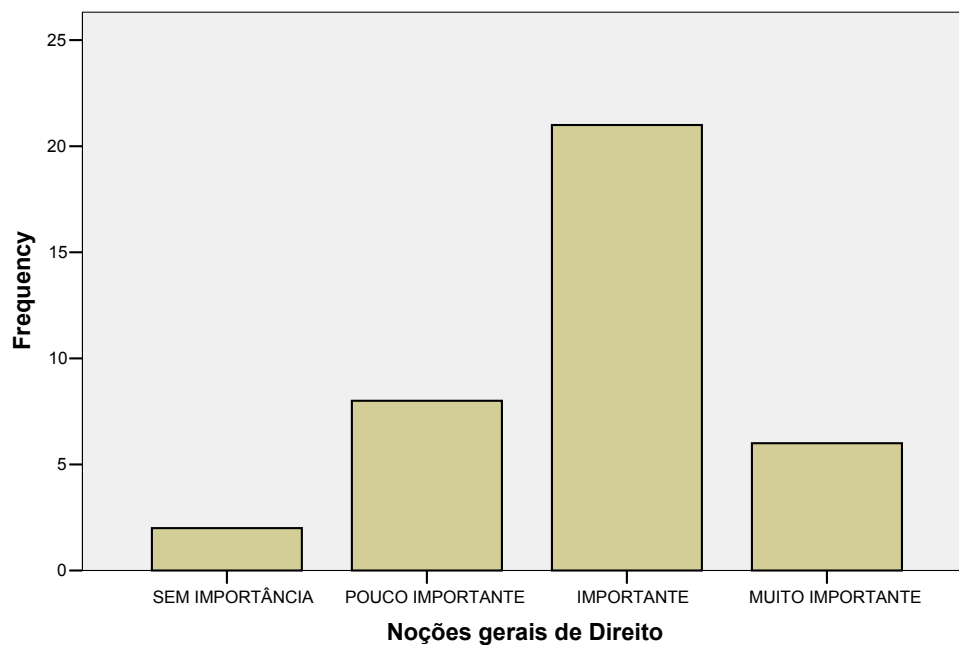


### Noções gerais de Secretariado e Administração

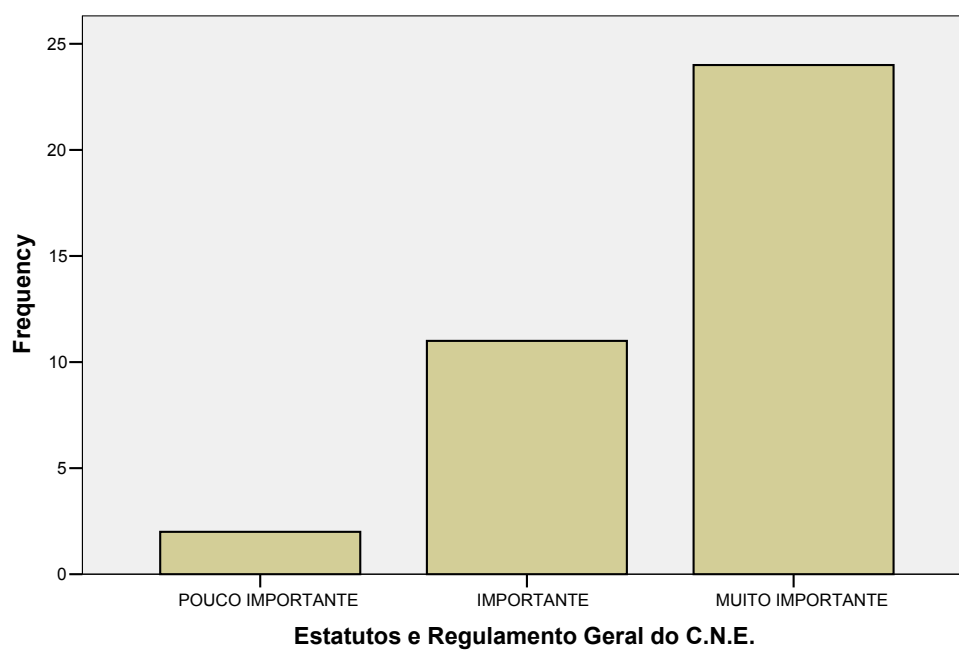




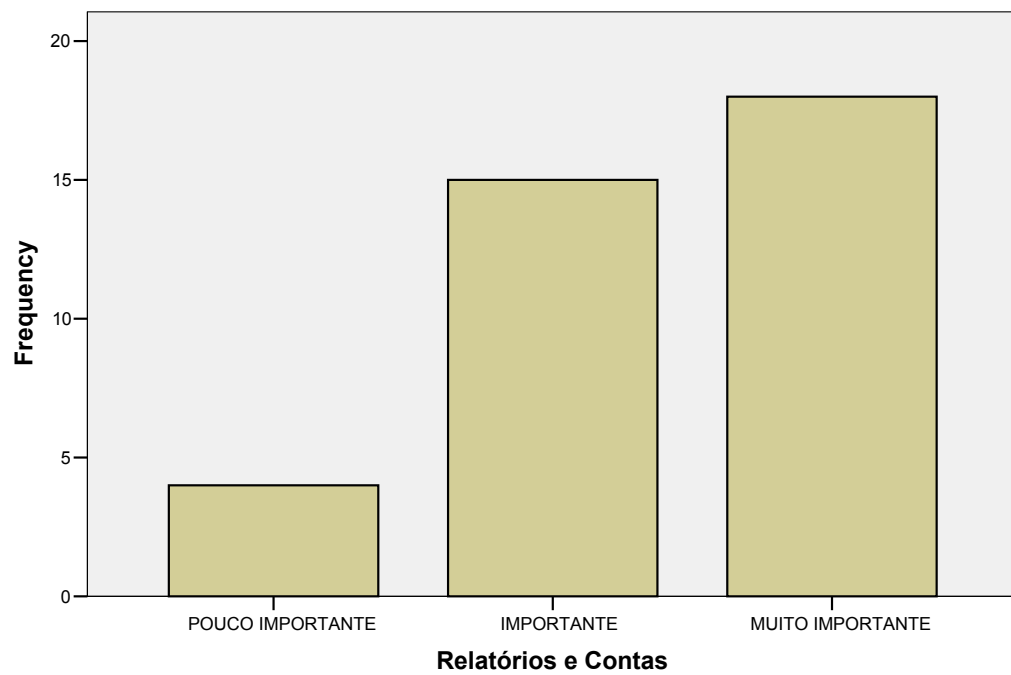
### Noções gerais de Direito



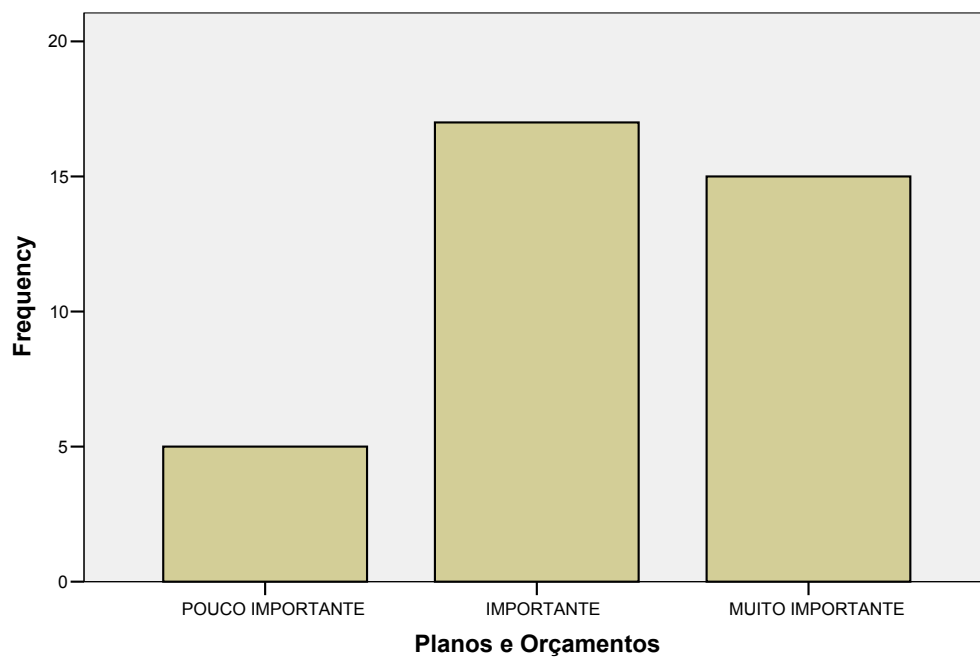
### Estatutos e Regulamento Geral do C.N.E.



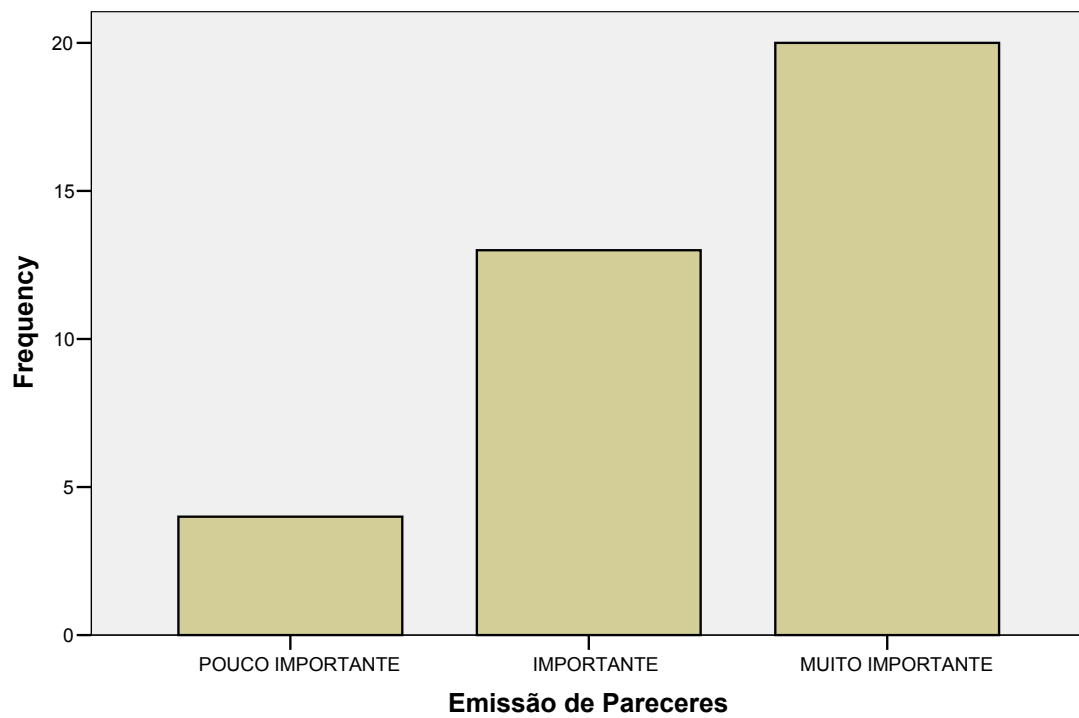
### Relatórios e Contas



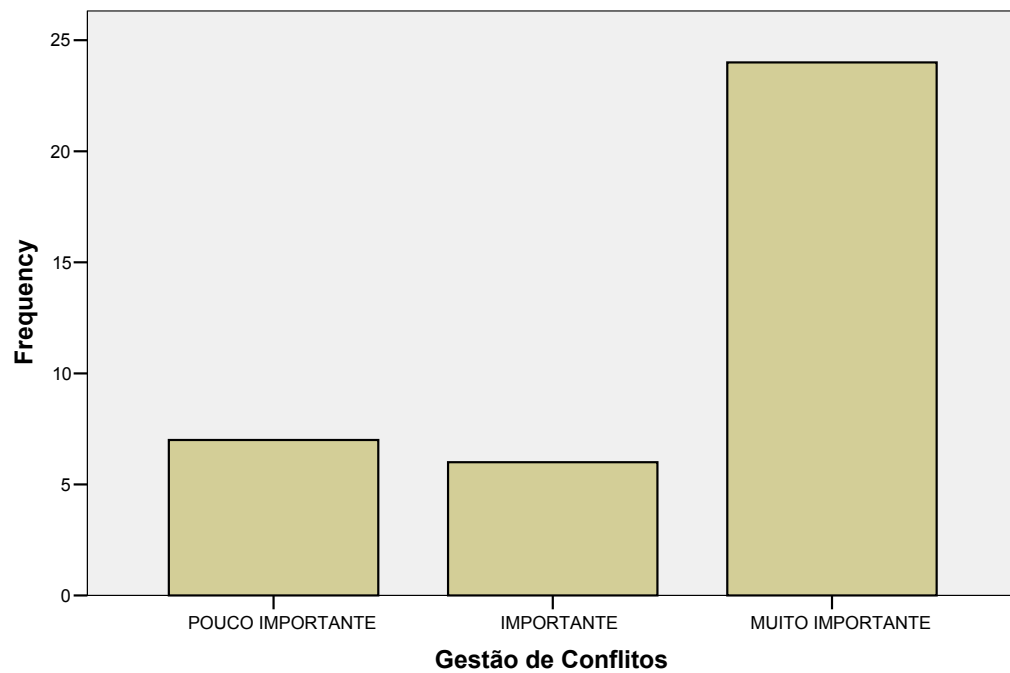
### Planos e Orçamentos



### Emissão de Pareceres



### Gestão de Conflitos



## **ANEXO 22**

### **Estatutos do CNE** (7 páginas)

# **ANEXO 23**

**(20 páginas)**

## **Política Nacional de Recursos Adultos do CNE**

## **ANEXO 24**

### **Normas para a Formação de Dirigentes do CNE** (15 páginas)

# **ANEXO 25**

**(14 páginas)**

**Dados estatísticos do CNE  
relativos a 1 de Janeiro de 2006**

## **ANEXO 26**

(16 páginas)

### **As características essenciais do Escutismo**



**ANEXO 27**  
(5 páginas)

**Escutismo feminino e coeducação**

## ESCUTISMO FEMININO E COEDUCAÇÃO – RESUMO HISTÓRICO

**Fonte:** Reis, João Vasco, “*Corpo Nacional de Escutas – Uma História de Factos*”, estudo histórico-sociológico em preparação, integrado no centenário do Escutismo Mundial (1907-2007), cuja publicação, pela Junta Central do CNE, está prevista para Maio de 2007

### Escutismo feminino

O escutismo feminino foi tardio no panorama nacional. Mas as reticências à entrada das raparigas no movimento fundado por Baden-Powell não eram exclusivas de Portugal, bem pelo contrário; e tiveram necessariamente a ver com a leitura que à época (às épocas) foi feita do próprio modelo escutista, pensado inicialmente, pelo fundador, para rapazes e não para raparigas, pelo que a situação também foi controversa na Inglaterra.

Por outro lado, a não legitimação destas realidades também estava ligada a contextos sociais que, em Portugal, a ainda jovem República não conseguiu ultrapassar.

Apesar disso, o primeiro grupo escutista português exclusivamente feminino (à excepção do de Macau, em 1911, que era co-educativo) foi fundado em 1916. Foi o Grupo n.º 28 da AEP, dirigido pela enfermeira Maria Luísa Magalhães, que teve uma curta vida de dois anos. Também a UAP (União dos Adueros de Portugal), em 1922, teve um grupo feminino, o n.º 17, em Gaia, igualmente de curtíssima duração.

O guidismo, propriamente dito, surgiu em Portugal cerca de 1926. As primeiras companhias, dependentes do Bureau Mundial, foram fundadas no Porto, na *Oporto British School*, no Funchal, por Denise Lester, e em Carcavelos, por Maisie Norton e Palmira Ribatâmega. Cinco anos depois, iniciou-se um período de formação associativa, entre 1931 e 1933. A Associação das Guias de Portugal (AGP) foi oficializada em Abril de 1934 (Decreto n.º 23.760) e os seus estatutos aprovados em Maio de 1935 (Portaria n.º 7.831), tendo como primeira Comissária Nacional Maria Fernanda de Almeida d’Orey. O crescimento da AGP foi rápido: em 1936 já existiam 18 companhias, em Lisboa, Porto, Funchal, Angra do Heroísmo, Luanda, Lourenço Marques e Beira.

### CNE no feminino

Cerca de um mês antes da oficialização da AGP, o CNE (ainda CNS – Corpo Nacional de Scouts) regulamentou a entrada de senhoras nas suas fileiras (CNS, *Actos Oficiais*, in *A Flor de Lis*, ano 10, n.º 4, Braga, 31.03.1934), não tanto para concorrer contra a AGP – que sempre apoiou e acarinhou – mas possivelmente para ajudar a travar as ofensivas governamentais no que refere ao monopólio da educação integral e porque as experiências com senhoras já decorriam no seio da associação, com os melhores resultados. Faltava só regulamentar o facto.

Já nos primeiros anos da sua existência o escutismo católico sentia a necessidade de completar o seu sistema educativo, estendendo-o ao feminino. Porém, a *previdência* aconselhava a esperar, ainda mais porque os diversos sectores católicos da sociedade

portuguesa não eram favoráveis ao ensino misto e terão sido eles a influenciar a separação dos alunos por sexos em localidades com mais do que uma escola, situação decretada pelo Governo em 1928 (Governo da República: Decreto n.º 15.032).

Ainda assim, em 1927 foram criados no CNS os “Conselhos Protectores de Madrinhas”, para auxílios “oportunos”: ao prestar a sua promessa, o escuteiro passou a ser acompanhado por uma “dama”, que escolheu para madrinha naquele momento em que ia, como os antigos cavaleiros, prestar o *sagrado e patriótico juramento*. Eram apenas laços íntimos que ligavam as senhoras ao CNS, porque «até agora [1927] não se julgou conveniente nem, sobretudo, pratico por que obrigaria a uma dispersão de atenções, a entrada, directa do elemento feminino nas formações scouts».

Todavia, o Regulamento Geral do CNE (CNS) então reformulado, no seu número 113 – *Girl Guides* – dizia textualmente que «o CNS estudará a oportunidade de estender o movimento scout às raparigas, publicando então um regulamento especial».

O princípio do escutismo feminino estava, portanto, estabelecido pela suprema autoridade do CNS, a sua Junta Central. Mas faltava discutir «a forma», por «variarem as condições locais e não ser também o mesmo o dirigir a organização consoante se trate de boy-scouts ou de girl-guides» (ver CNE, *A Flor de Lis*, ano 3, n.º 12, Braga, 31.07.1927).

Algumas regiões, como a de Coimbra, resolveram elegantemente o problema através do “Conselho Protector das Madrinhas”, que veio complementar o anterior “Conselho Protector de Grupos”, composto por senhoras das paróquias que prestavam apoio catequético e financeiro às actividades de lobitos e *scouts*.

Portanto, o primeiro conjunto de regras para as “Senhoras das Alcateias”, não foi mais do que a legitimação de uma situação que já existia de facto, mas nunca anteriormente regulamentada. Refere a *Flor de Lis* que trabalhavam «já desde há muito algumas Senhoras dedicadas nas Alcateias, principalmente em Lisboa», e esperava-se que muitas outras viessem juntar-se a estas. Assim, «impunha-se a publicação de normas regulamentares que lhes dissessem especialmente respeito». (ver CNE, *A Flor de Lis*, ano 3, n.º 12, Braga, 31.03.1934).

Judite Furtado Coelho Pereira foi uma das primeiras mulheres a integrar os quadros auxiliares do CNS, como instrutora da I Secção, na Alcateia n.º 12 de Lisboa. A ela juntaram-se Maria Eugénia Vieira Neiga e Isabel Leal (ver CNS, *Actos Officiais*, 15.01.1929).

### **As Guias de Portugal**

No que refere às Guias de Portugal, cujas companhias iam surgindo de alguma maneira vinculadas à Igreja, o CNS teve sempre, e desde a primeira hora, para com esta associação uma atitude de cumplicidade e protecção. Inclusivamente a *Flor de Lis* foi sempre um veículo informativo das actividades da AGP, que contava com duas colunas para a divulgação de notícias (ver CNE, *A Flor de Lis*, ano 12, n.º 5, Braga, 15.04.1936). Parece evidente que a AGP, de feição católica, proporcionava à Igreja portuguesa o controle integral do escutismo masculino e feminino, sem a necessidade de recorrer à co-educação.

Com efeito, foi a tradição da educação separada, não co-educativa, um “Escutismo para Rapazes” e o surgimento da Mocidade Portuguesa na década de Trinta que travou a evolução feminina do CNE. A Mocidade Portuguesa Feminina – que procurou extinguir o

escutismo – recrutou as principais dirigentes guidistas para o seu seio, extinguindo a AGP durante cerca de uma década. Não o conseguiu com o CNE e a AEP.

## Anos 50

Em 1956 o CNE avançou no campo do escutismo feminino com a criação das chamadas Patrulhas de Estudos Femininos. A essa determinação não foi alheio o anúncio do ressurgimento das Guias de Portugal, uma vez que o escutismo católico português continuava sem dar o passo definitivo no que respeitava à coeducação, mantendo somente o carácter excepcional para raparigas já crescidas, integradas sempre na equipa de chefia dos agrupamentos como instrutoras e akelás nas alcateias ou nos serviços administrativos.

A Junta Central, entretanto, desde 1950 que tinha um elemento feminino: Eugénia Brandão de Mello, Chefe Geral da 1.º Secção do CNE, insígnia de madeira em Gilwell e antiga dirigente da AGP. Com a interrupção das actividades da Guias, foi recrutada para os movimentos estatais femininos. O CNE foi buscá-la. Era a primeira mulher na Junta Central e fez parte do primeiro pequeno grupo de dirigentes portugueses que obtiveram as primeiras Insígnias de Madeira em Gilwell Park (seis dirigentes, incluindo uma mulher).

Em Abril de 1954, Eugénia Brandão de Mello, membro da Junta Central do CNE, referia à *Flor de Lis* a necessidade do alargamento do CNE às raparigas: «*Entusiasmos não faltam*», salientava, acrescentando que «*a dificuldade que temos é, justamente, inscrever tanta menina que ainda não atingiu a idade de ingressar nos Campos-Escola Femininos, unicamente destinados à formação de Chefes de Alcateia, e que desejam o Escutismo como um complemento à sua juventude. (...) Como não existe em Portugal nenhuma Associação Escutista Feminina Católica, são entusiasmos – e, quem sabe? – óptimas escuteiras que se perdem*» (CNE, *A Flor de Lis*, ano XXX, n.º 4, Lisboa, Abril de 1954).

Conhecem-se, de qualquer modo, várias experiências de escutismo feminino no CNE, e com sucesso, embora à revelia dos regulamentos. Era o caso do Agrupamento 50, de S. João de Brito, em Lisboa, que na sua alcateia, entre os lobitos, tinha meninas a que dava o nome de “águias”, por analogia com as “avezinhas” das Guias de Portugal”. De um modo assumido, em Moçambique, na região de Lourenço Marques, havia um agrupamento marítimo co-educativo, que originou um braço-de-ferro entre a Junta Regional local e os serviços centrais de Lisboa, em que a Junta Central teve de “fechar os olhos”.

### Coeducação no CNE em Moçambique

*Nos nossos escuteiros marítimos – um caso de completa discordância com Lisboa –, tínhamos raparigas, muitas raparigas mesmo. Era um agrupamento especial, como até hoje nunca vi em parte nenhuma: cada patrulha tinha a sua palhota, era uma autêntica aldeia indígena, com a palhota central, da chefia, e à volta uma palhota por patrulha... aquilo era uma alegria. Mas era um agrupamento com poucos jovens brancos, eram quase todos negros e, na sua esmagadora maioria, eram raparigas... e não podíamos pô-las de parte. Ora, como se sabe, nesse tempo o escutismo era só para rapazes e as raparigas não podiam fazer escutismo. A Junta Central, em Lisboa, por falta de compreensão em relação à situação, procurou acabar com isso. Mas como nós não aceitámos as ordens, a Junta Central decidiu passar por cima da Junta Regional de Lourenço Marques e entender-se directamente com o Agrupamento. É evidente que tivemos de agir, porque não permitimos que Lisboa passasse por cima da Junta Regional. E as raparigas continuaram no Agrupamento.*

*Houve um facto curioso... aquando do nosso I Jamboree, o Pe. João Ferreira, da Junta Central, foi a Lourenço Marques ... para ver os “disparates” que estávamos a fazer... e o Pe. João Ferreira veio de lá completamente diferente. O mesmo sucedeu com o Secretário Nacional, Meneres Pimentel, que, perante o que viu dos nossos escuteiros, e vendo um agrupamento composto quase só por raparigas, disse-me: «Padre Luís, os meus parabéns. Vamos ter de abrir os olhos à Junta Central e dizer para terem juízo... porque é pena só terem aqui um agrupamento como esse».*

Padre Luís Rodrigues Paulo,  
Ex-Assistente Regional de Lourenço Marques.

(Paulo, Luís Rodrigues, *Memórias do CNE em Lourenço Marques*, gravação áudio, 26.04.2006, texto depositado na Junta Central do CNE – João Vasco Reis, Francisco Maia. Entrevista parcialmente publicada in CNE, *A Flor de Lis*, ano LXXX, n.º 1156, Lisboa, Julho de 2006.

Teriam havido outras situações como estas, de algum modo “clandestinas” e camufladas, mas a Junta Central, a nível oficial, nunca deu o braço-a-torcer; ainda era cedo para que o CNE aderisse à co-educação. A solução, mais pacífica e, pelo menos, consensual, passava por contornar o sistema educativo do escutismo que se pretendia de um modo abrangente e integral mas separado em termos de sexos e, nesse aspecto, era fundamental o ressurgimento das Guias de Portugal, tanto na metrópole como nas províncias ultramarinas. Aliás, na referida entrevista de Eugénia Brandão de Mello à *Flor de Lis*, anunciava-se «para breve o reaparecimento das Guias, pois algumas diligências se têm efectuado, ao que parece, com o melhor êxito, nesse sentido». (CNE, *A Flor de Lis*, ano XXX, n.º 4, Lisboa, Abril de 1954).

Quanto ao ressurgimento das Guias de Portugal, as diligências estavam, de facto, em marcha, desde 1952, fomentadas pela própria Junta Central do CNE na pessoa do padre Manuel Ferreira da Silva que, juntamente com Eugénia Brandão de Mello e antigas comissárias da AGP, encetou negociações mais ou menos clandestinas para a sua reactivação após um longo período de inactividade (mas nunca extintas oficialmente) desde 1937, devido essencialmente ao pedido de paragem de actividades feito pelo Governo e aos anos de agitação da Guerra de Espanha e da II Guerra mundial. Se durante algum tempo perduraram algumas companhias nos territórios africanos, na Madeira manteve-se sempre activa a companhia do Funchal, que desempenhou um papel importante no acolhimento de crianças refugiadas da guerra.

#### **Eugénia Brandão de Mello e a reorganização Associação das Guias de Portugal**

*Foi na sua casa fidalga, na rua das Janelas Verdes, que se fizeram, ainda com certo ar de “clandestinidade”, as primeiras reuniões com o objectivo de se estudar toda a diplomacia a seguir para a restauração da Associação (...). D. Eugénia logo se apressou, com o apoio estimulante dos dirigentes que então integravam a Junta Central, designadamente o Secretário Nacional e o Chefe das Relações Internacionais de então, a promover os primeiros contactos, a desenvolver os passos diplomáticos – e que diplomacia foi preciso, só quem o presenciou o pode testemunhar – para que as Guias voltassem a ser, no panorama da juventude portuguesa, uma realidade.*

Manuel Ferreira da Silva  
CNE, *A Flor de Lis*, ano XXX, n.º 4, Lisboa, Abril de 1954.

Entretanto, o cardeal patriarca de Lisboa, que não via na refundação da AGP interesses imediatos para a Igreja, não gostou de saber que o CNE «estava directamente implicado» e o próprio D. Manuel Cerejeira recomendou ao padre Ferreira da Silva que não se ocupasse do

assunto. Só que, tendo ressurgido em Lisboa a companhia de Guias “Rainha D. Leonor”, ligado à Igreja Presbiteriana – à margem do processo clandestino em curso –, Ferreira da Silva deu conhecimento do facto ao cardeal Cerejeira, por intermédio do chefe nacional do CNE, D. José de Lencastre. A partir daí, porque uma igreja protestante avançava no terreno, a situação passou a ser do interesse do patriarcado. O cardeal e o ministro da Educação aceitaram então a nomeação de uma comissão executiva da AGP, de acordo com os estatutos de 1934 e, a 19 de Março de 1954, foram nomeadas a presidente, Maria do Carmo da Câmara Castello Branco, a comissária nacional, Isabel de Estarreja, e a comissária inter-regional, a condessa de Castelo Branco. Em Abril do ano seguinte, a *Flor de Lis* noticiava o reinício das actividades da AGP, com base numa nota oficial da associação subscrita pela secretária nacional.

Congratulando-se com o reaparecimento do guidismo em Portugal, a *Flor de Lis* dedicou a sua edição de Abril de 1956 à AGP, incluindo a própria capa. Em entrevista, a condessa de Estarreja, que na sua permanência em Inglaterra foi guia e chefe de uma companhia católica, tendo sido convidada pelo Bureau Mundial a frequentar um curso equivalente à Insígnia de Madeira, disse à *Flor de Lis* que *«não pode, rigorosamente, falar-se em suspensão e em restauração do Guidismo em Portugal»*, argumentando que *«só seria legítimo falar de suspensão, se alguma determinação legal a tal tivesse levado, o que jamais se verificou. (...) Apenas várias circunstâncias de facto e não de direito paralisaram até há pouco a actividade do Movimento»*. Passando ao lado da questão ligada à criação da Mocidade Portuguesa, afirmaria que *«a guerra foi, como pode calcular, a razão fundamental dessa paralisação»* e, no concernente ao aspecto da religião, afirmaria que *«o guidismo exige que as suas associadas tenham e pratiquem uma religião (...), é um movimento mundial, a que pertencem raparigas de várias religiões; e o Princípio fundamental, neste campo, é que a Religião de cada uma seja praticada e vivida em plena sinceridade. Sendo o nosso país essencialmente católico, isto equivale a dizer que as Guias Católicas têm obrigação de ser católicas integrais»* (Entrevista a CNE, *A Flor de Lis*, ano XXXII, n.º 4, Lisboa, Abril de 1956).

### Coeducação no CNE

Só com a aprovação dos novos Estatutos, em **Março de 1975**, o CNE abriu as portas à coeducação. Entrando imediatamente em vigor para efeitos internos, vieram “reconciliar” uma situação que há muito era praticada mas não estava regulamentada nem estatutariamente definida. A coeducação, embora sem referir explicitamente as palavras **rapazes e raparigas**, ou **masculino e feminino**.

No artigo 1.º dos novos Estatutos, a palavra **rapazes** foi substituída por **jovens**, abrindo as portas à educação conjunta:

*Art. 1.º – O CORPO NACIONAL DE ESCUTAS (C.N.E.) – Escutismo Católico Português – é uma Associação de juventude, destinada a formação integral dos jovens, com base no método criado por Baden-Powell, animado pela espiritualidade católica.*

Em 1976, a Junta Central recebeu o projecto de Regulamento das Patrulhas de Estudo Femininas. Os estatutos eram ambíguos. No órgão oficial do CNE queixava-se, num artigo de opinião, Rui Morais: *«Continuamos a ser um movimento machista, que recusa à rapariga a resposta que ela tão frequentemente vem procurar junto de nós. Cremos ser a altura para uma abertura decisiva e ampla do CNE à jovem»*. (CNE, *A Flor de Lis*, ano LI, n.º 6, Lisboa, Junho de 1976).

Finalmente, no Conselho Nacional de Representantes, realizado em Fátima, nos dias 19 e 20 Junho de 1976, foi definitivamente aprovado o Escutismo Misto, mas a título provisório e experimental:

*Considerando que:*

- 1 – Os novos Estatutos do CNE não excluem a hipótese de o Movimento se abrir a jovens dos dois sexos;*
- 2 – Cada vez é maior o número de raparigas interessadas em fazer Escutismo;*
- 3 – Se requer bom-senso, prudência e competência para se iniciarem experiências de coeducação que se falharem poderão ser nocivas para os jovens e comprometer seriamente o CNE;*
- 4 – Todas as experiências devem ser apoiadas e criticadas pelos pais, pelos jovens e pelos animadores.*

*Propõe-se que:*

- A – Seja autorizada a admissão de raparigas no CNE com mais de seis anos de idade para as secções correspondentes.*
  - B – Caiba às Juntas Regionais o autorizar essas admissões e as eventuais Promessas para o que deverá ter em conta: a situação do Agrupamento; a capacidade pedagógica dos responsáveis pela unidade; a opinião do Conselho de Pais; o parecer do Conselho de Agrupamento.*
  - C – A realização de um amplo debate desta questão no seio do Movimento e que deverá culminar num Encontro Nacional de Animadores a realizar até ao final de 1976.*
  - D – Que através de um relatório anual a Junta Central e o Departamento Pedagógico Nacional tenham conhecimento dos resultados destas experiências sob pena de terminarem imediatamente as suas actividades.*
- (CNE, *A Flor de Lis*, ano LI, n.º 9-10, Lisboa, Set.Out. 1976)

A situação tornou-se definitiva.

Hoje, como no passado, as DIRIGENTES do CNE ocupam cargos de toda a ordem aos níveis locais, regionais e nacionais, embora continuem muito mais ligadas à parte pedagógica do que às tarefas administrativas, nomeadamente após a regulamentação da co-educação e face à grande adesão feminina ao movimento.

**ANEXO 28**  
(2 páginas)

**Currículo escutista  
de  
Silvério Cabrita Silva da Conceição**



# Silvério Cabrita Silva da Conceição

## ***Curriculum escutista***

*Nascido a 25 de Dezembro de 1964, em Silves.*

*Profissão: Professor do 2º Ciclo do Ensino Básico, Matemática e Ciências da Natureza.  
Actualmente com 16 anos de Serviço no Ensino Público.*

*Habilitações literárias: Licenciatura em Ensino (Matemática e Ciências da Natureza, 2.º Ciclo).*

*Estado civil: Casado.*

*Morada actual: Rua 25 de Abril, 33  
8125-170 QUARTEIRA*

*Telemóvel: 938351880 / 966425245 Fax: 289302645 : [silverioconceicao@gmail.com](mailto:silverioconceicao@gmail.com)*

- Investidura de Lobito: 25 de Março de 1973, Agr 181 – SILVES;
- Investidura de Explorador: 23 de Fevereiro de 1976, Agr 181 – SILVES;
- Investidura de Pioneiro: 18 de Janeiro de 1980, Agr 181 – SILVES;
- Investidura de Caminho: 23 de Março de 1985, Agr 181 – SILVES;
- Investidura de Dirigente: 3 de Maio de 1987 OSN Admissão: 426

*Cargos como Escuteiro: Guia, Secretário, Cronista, Sub-Guia, Chefe de Equipa.  
Insígnia de 75 noites de campo.*

### **CARGOS COMO DIRIGENTE:**

<b>CARGO</b>	<b>ANO (S) / DATA</b>	<b>OSN / OSR / OSA</b>
Chefe de Grupo Sénior (Pioneiros)	1987 / 1988 / 1989	OSR nº 13
Chefe de Grupo Explorador	1989 / 1990 / 1991	OSA nº 03/1989
Chefe de Clã	1991 / 1992	OSR 02/1991
Chefe de Agrupamento Adjunto	1991 / 1992 / 1993	OSR 01/1992
Secretário de Agrupamento	1994 / 1995	OSR 01/1995
Chefe de Agrupamento	1994 / 1995	OSR 01/1995
Presidente do C.F.J.R.	1991 até 1995	OSR 02/1991
Chefe Regional	1995 até 1998	OSR 02/1995
Chefe Regional	1998 até 2001	OSR 06/1998
Chefe Regional	2001 até 2004	OSR 02/2004
Chefe Regional	2004 a 2005	OSR 02/04 – OSN 515
Presidente de C.F.J.R.	2005	?????? - Pesquisar

### **CURSOS DE FORMAÇÃO FREQUENTADOS COM APROVEITAMENTO**

CURSO	ANO(S) / DATA	OSN / OSR
Curso de Chefes de Equipa	1986	-
Curso de Animação Local (C.A.L.)	1992	OSR 01/93
Curso de Gestão Administrativa e Financeira (G.A.F.)	1997	OSR 01/98
Curso de Adjuntos da Formação (C.A.F.)	1996 / 1997	OSN n.º 479
Curso de Directores de Formação (C.D.F.)	2002	OSN n.º 504
Curso de Aprofundamento Pedagógico	2004	???

\* Dispensado da frequência do CIP pela Junta Regional em 1987, de acordo com as normas em vigor à data.

### **JUSTIÇA E DISCIPLINA / DISTINÇÕES E PRÉMIOS**

DISTINÇÃO	ANO / DATA	OSN / OSR / OSA
Cruz de S. Jorge – 1ª Classe	1997	OSN 473
Cruz de Mérito Monsenhor Avelino Gonçalves	2004	OSN 514

### **ACTIVIDADES ESCUTISTAS DE RELEVO**

NOME DA ACTIVIDADE	DATA	FUNÇÃO / CARGO	LOCAL
XVII ACANAC	1987	C.G.P. Adj	BAGUNTE – VILA DO CONDE
IX ACAREG – ALGARVE	1989	C.G.P.	ATALAIA – SILVES
ACAREG DE VISEU	1991	C.G.E.	SANTA LUZIA – VISEU
XVIII ACANAC	1992	C.G.E.	PRAIA DO PALHEIRÃO – F. FOZ
JAMBOREE AÇOREANO	1997	C.Adj .Sub. Camp III	ILHA DE S. JORGE
XIX ACANAC	1997	Chefe de Contingente	VALADO DE FRADES - NAZARÉ
ACARAL - AÇORES	1999	Administração	ILHA DE SANTA MARIA
PRÉ – ACAREG III / IV	1999	Chefe de Campo	LAGOS
PRÉ – ACAREG I / II	2000	Chefe de Campo	LAGOS
X ACAREG - ALGARVE	2001	Chefe de Campo	LAGOS
COOPERAÇÃO	2004	Formador	ANGOLA – Luanda / Cabinda

Por razões óbvias, não são mencionadas as inúmeras Actividades de média duração ou dimensão em que participou, tais como Dia de Baden-Powell, Dia do CNE, Dia das Secções, Indaba, etc...

### **FUNÇÕES NO DEPARTAMENTO REGIONAL DE FORMAÇÃO**

Colaboração activa no Departamento Regional de Formação da Região, tendo sido Director de diversos cursos, a saber:

- Curso de Introdução (C.I.);
- Curso de Iniciação Prática / Pedagógica (C.I.P.)
- Curso de Animação Local (C.A.L.)
- Curso de Gestão Administrativa e Financeira (G.A.F.)
- Curso de Aprofundamento Pedagógico (CAP – II Secção)
- Curso de Aprofundamento Pedagógico (CAP – III Secção)
- Curso Monográfico de Orientação
- Membro da Equipa de Formação do CIP 2004, em Cabinda – Angola.